

REPARAÇÃO DE DANOS EXTRAPATRIMONIAIS ATRAVÉS DA FORMALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (oscs)



Esta organização é parceira do Programa Nosso Chão, Nossa História, uma iniciativa realizada pelo Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais (CGDE) e o UNOPS/ONU voltada à reparação de danos morais coletivos causados pelo afundamento do solo em Maceió. As atividades e ações realizadas pelos parceiros refletem suas próprias abordagens e responsabilidades, alinhadas aos objetivos do Programa.

Rede Brasileira De Certificação, Pesquisa e Inovação (RBCIP)

Fevereiro 2025

Sumário

1. <i>Introdução</i>	5
2. <i>Danos Extrapatrimoniais: Conceituação e Impactos</i>	9
2.1. Conceito Jurídico de Danos Extrapatrimoniais	9
2.2. Tipos de Danos Extrapatrimoniais	11
2.3. A Especificidade dos Danos Extrapatrimoniais Coletivos (Dano Moral Coletivo)	12
2.4. Impactos dos Danos Extrapatrimoniais em Comunidades	14
2.5. A Necessidade de Reparação Integral.....	15
2.6. Significado para a Reparação de Danos Extrapatrimoniais em Maceió	17
2.7. Modelos de Empreendedorismo Social para Reparação.....	18
3. <i>Organizações da Sociedade Civil (OSCs): Conceito, Marco Regulatório, Formalização de Coletivos e Desenvolvimento Institucional</i>	20
3.1. Conceito e Definição Legal de OSCs	20
3.2. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)	22
3.3. Detalhando o Processo de Formalização de um Coletivo	24
3.4. Desafios na Formalização de OSCs	27
3.5. Importância das OSCs para Comunidades Vulneráveis	28
4. <i>Programa Nossa Chão Nossa História: Contexto, Objetivos e Atuação</i>	29
4.1. Contexto do Desastre em Maceió	29
4.2. Origem e Estrutura do Programa Nossa Chão Nossa História	30
4.3. Objetivos e Princípios do Projeto.....	31
4.4. Áreas de Atuação e Linhas de Ação.....	31
4.5. O Papel das OSCs no Programa Nossa Chão Nossa História	33
4.6. Resultados Esperados e Impactos	34

4.7. Danos Extrapatrimoniais no Contexto do Programa Nosso Chão Nossa História	35
5. Opções de Reparação de Danos Extrapatrimoniais via OSCs 36	
5.1. OSCs de Memória e Identidade Cultural	36
5.2. OSCs de Apoio Psicossocial e Saúde Mental.....	38
5.3. OSCs de Reconstrução de Vínculos Comunitários.....	39
5.4. OSCs de Desenvolvimento Socioeconômico.....	40
5.5. OSCs de Defesa de Direitos e Advocacy.....	42
5.6. Processo de Implementação das Opções de Reparação via OSCs	43
5.7. Desafios e Estratégias para Superação.....	45
5.8. Recomendações para o Programa Nosso Chão Nossa História.....	48
5.9. Conclusão	50
6. Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Morais e Psicológicos..... 51	
6.1. Projeto Centros/Hubs Comunitários de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS)	51
6.2. Projeto: Capacitação em Cuidados Informados pelo Trauma e Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP) para Líderes Comunitários e Trabalhadores da Linha de Frente	53
6.3. Projeto: Terapias Expressivas e Rituais Coletivos de Cura.....	55
6.4. Síntese dos projetos.....	57
7. Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Culturais e Perda de Identidade/Pertencimento..... 59	
7.1. Projeto: Mapeamento Cultural Participativo e Iniciativas de Salvaguarda do Patrimônio	59
7.2. Projeto: Centros de Documentação da Memória e História Oral (Físicos/Virtuais)	61

7.3. Projeto: Programas de Apoio a Festivais Tradicionais, Artesanato e Sistemas de Conhecimento	63
7.4. Síntese dos projetos.....	65
8. Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Sociais.....	67
8.1. Projeto: Plataformas de Diálogo Comunitário, Mediação e Resolução de Conflitos	68
8.2. Projeto: Fortalecimento de Organizações Comunitárias e Redes Sociais	69
8.3. Projeto: Incubadoras de Cooperativas para Meios de Vida Sustentáveis e Identitários	71
8.4. Síntese dos Projetos.....	73
9. Modelos de Projetos para Reparação Integrada e Meios de Vida Sustentáveis ...	76
9.1. Curar e Gerar Renda: Abordando Feridas Morais e Psicológicas	76
9.2. Revitalização Cultural como Motor Econômico	79
9.3. Reconstruindo Laços Comunitários e Identidade através de Empreendimentos Coletivos	83
10. Navegando na Complexidade: Desafios e Fatores Críticos para a Sustentabilidade da Reparação Integrada	87
10.1. A. Obstáculos Comuns na Implementação	87
10.2. Facilitadores Críticos para o Sucesso e a Sustentabilidade.....	88
11. Considerações Estratégicas para Implementação.....	90
11.1. Caminhos para a Formalização de Coletivos	90
11.2. Construindo a Sustentabilidade Financeira em Empreendimentos Sociais	
91	
11.3. Frameworks para Monitoramento de Impacto Social e Econômico	92
12. Conclusão.....	93

13. Referências	95
13.1. Danos Extrapatrimoniais	95
13.2. Organizações da Sociedade Civil e Formalização	96
13.3. Projeto Nosso Chão Nossa História	96
13.4. Reparação de Danos Extrapatrimoniais	97
14. Glossário de Termos Técnicos e Jurídicos	97



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



**Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais**



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

1. Introdução

Os danos extrapatrimoniais – tais como danos morais, psicológicos, culturais, sociais e perda de identidade ou pertencimento – representam um desafio significativo para os sistemas de justiça e reparação. Diferentemente dos danos materiais, que podem ser facilmente quantificados e compensados financeiramente, os danos extrapatrimoniais afetam dimensões subjetivas e imateriais da existência humana, exigindo abordagens mais complexas e multidimensionais para sua reparação.

No contexto brasileiro, a situação vivida pelas comunidades atingidas pela mineração em Maceió – especialmente nos bairros de Pinheiro, Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Farol – constitui um dos exemplos mais emblemáticos de ocorrência de danos extrapatrimoniais coletivos no país. A atividade de extração de sal-gema desenvolvida por décadas provocou efeitos severos e contínuos sobre essas populações, com impactos que seguem em curso.

Como resposta à grave situação enfrentada pelas comunidades atingidas pela mineração em Maceió, foi firmado um Termo de Acordo Socioambiental tripartite entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual de Alagoas e a Braskem, com o apoio da Defensoria Pública da União (DPU). A partir desse acordo, foi criado o Programa Nosso Chão, Nossa História. "O Programa Nosso Chão, Nossa História visa implementar ações voltadas à reparação de danos extrapatrimoniais decorrentes do afundamento do solo em Maceió, com foco na reconstrução do pertencimento, da memória e dos vínculos comunitários nos territórios atingidos." (Fonte: material institucional do Programa).

O objetivo é implementar medidas voltadas à reparação dos danos morais coletivos, por meio de ações estruturadas e continuadas, com previsão de investimento de R\$150 milhões ao longo de quatro anos. Ressaltamos que a Braskem não possui qualquer relação de poder e/ou decisório sobre os recursos oriundos do referido acordo e sobre as premissas e aplicação destes recursos no Programa Nosso Chão, Nossa História, o qual trata exclusivamente de reparação de danos extrapatrimoniais.

A partir do estabelecimento do Programa Nosso Chão, Nossa História com o UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos), foram criados projetos a serem implementados localmente com a participação e supervisão do Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE – "As decisões sobre os projetos de reparação são

tomadas a partir das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE), instância responsável por definir as linhas de ação e validar as estratégias executadas no âmbito do Programa."), ou seja, responsável por garantir que as medidas de reparação definidas no Programa sejam aplicadas corretamente, especialmente no que diz respeito aos danos **morais e sociais** decorrentes da atividade de mineração em Maceió. O CGDE atua na **avaliação e definição dos critérios** para compensação dos danos extrapatrimoniais, assegurando que as pessoas atingidas recebam medidas de reparação justas. Além disso, o comitê acompanha a execução das medidas previstas no acordo, acompanhando a implementação das ações conforme o acordo judicial firmado. "O UNOPS é a agência das Nações Unidas responsável pela execução do Programa Nossa Chão, Nossa História, atuando em apoio ao Poder Judiciário Federal, ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União, conforme determina o Acordo Judicial."

Segundo o Programa Nossa Chão, Nossa História, "o objetivo é implementar projetos para reparar danos morais coletivos e impulsionar o desenvolvimento da população atingida pela atividade de mineração em Maceió - AL, em parceria com o Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE) e o Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL)." "O Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE) é o órgão responsável por deliberar sobre o planejamento e a execução das ações de reparação de danos extrapatrimoniais decorrentes do afundamento do solo em Maceió, com base nos critérios estabelecidos no Termo de Acordo de Reparação assinado entre a Braskem e o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado de Alagoas." (Fonte: Termo de Acordo de Reparação). "As ações devem observar os critérios públicos definidos pelo Programa Nossa Chão, Nossa História, disponíveis no site oficial do Programa (<https://nossochao.org>)."

O UNOPS é responsável pela operacionalização das ações definidas no âmbito do Programa, conforme previsto no acordo judicial firmado entre o Ministério Público Federal e a Braskem, garantindo transparência e eficiência na aplicação dos recursos destinados à reparação dos danos morais coletivos decorrentes da atividade de mineração em Maceió. Entretanto, mais uma vez, a Braskem não possui qualquer poder decisório sobre a aplicação dos recursos do Programa.

Suas principais responsabilidades incluem a gestão e operacionalização dos projetos, supervisionando financeiramente e orçamentariamente o programa para assegurar

que os investimentos sejam realizados de maneira adequada. Além disso, o UNOPS é responsável pela aquisição de bens e serviços necessários para viabilizar as ações de reparação, bem como pela implementação de projetos socioeconômicos voltados à saúde mental, preservação do patrimônio histórico e apoio ao empreendedorismo social. Também elabora relatórios trimestrais para a Justiça Federal, permitindo o acompanhamento preciso do progresso das iniciativas. Por fim, presta suporte técnico ao Ministério Público Federal na definição e execução dos projetos em parceria com o Gestor de Danos Extrapatrimoniais, garantindo que as medidas de reparação sejam eficazes e atendam às necessidades da população afetada.

Antes de falar do papel da Rede Brasileira de Certificação, Pesquisa e Inovação (RBCIP), vale ressaltar o objeto das contratações, via Edital Público (UNOPS 2024001). O Edital visava a contratação de 3 projetos, sendo:

- No Projeto 1, os executores atuarão diretamente na formação de lideranças e coletivos comunitários em Maceió, com ênfase na capacitação em organização comunitária, participação social e controle social. Caberá aos executores realizar cursos, oficinas de elaboração de projetos comunitários, inovação social e economia solidária, e incentivar a formalização dessas organizações em associações, cooperativas ou OSCs. O objetivo central será ampliar a participação ativa da comunidade local na reparação de danos extrapatrimoniais decorrentes do desastre socioambiental.
- No Projeto 2, os executores serão responsáveis pela assistência técnica especializada para formalização das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Deverão fornecer assessoria técnica, jurídica e contábil, acompanhar as OSCs após formalização, apoiar na estruturação de processos internos de gestão coletiva, e ainda qualificar cooperativas especificamente em eficiência produtiva e sustentabilidade. Além disso, deverão estruturar redes locais, incluindo uma rede específica para cooperativas atuantes na Lagoa Mundaú, visando fortalecer a atuação conjunta e ampliar o impacto social dessas organizações.
- No Projeto 3, os executores terão o papel de apoiar o desenvolvimento institucional das OSCs já formalizadas. Deverão prover formação técnica, institucional e gerencial, além de assistência direta na execução de projetos relacionados à reparação de danos extrapatrimoniais. A atuação incluirá

suporte na gestão de projetos, monitoramento e avaliação de indicadores, estímulo à participação do público diretamente afetado e mentoria especializada para ações em contextos de desastres. O objetivo é aumentar significativamente a capacidade dessas OSCs para executar projetos de impacto social continuado em Maceió.

À RBCIP coube a execução dos projetos 2 e 3, de formalização dos coletivos e desenvolvimento institucional das Organizações da Sociedade Civil, todos voltados à reparação de danos extrapatriacionais.

A formalização dos coletivos e o desenvolvimento institucional das OSCs emerge como uma estratégia promissora de ampliação e maior efetividade da atuação das entidades já existentes, voltadas à reparação de danos extrapatriacionais, pois permite o protagonismo das próprias comunidades atingidas, a continuidade das ações de reparação no longo prazo, e uma abordagem que considera as múltiplas dimensões dos danos sofridos. Ao mesmo tempo, este processo enfrenta desafios significativos, que precisam ser considerados e endereçados para garantir seu sucesso e a sua sustentabilidade, considerando que o desastre socioambiental ainda está em andamento.

Nas páginas seguintes, exploraremos em profundidade cada um destes aspectos, oferecendo um panorama completo das possibilidades, desafios e recomendações para a reparação de danos extrapatriacionais através da formalização de OSCs no contexto do Programa Nosso Chão Nossa História.

Este material está disponível para consulta no Portal Rede Maceió, junto a outros conteúdos de apoio, como vídeos, cartilhas e modelos de documentos. A plataforma é o principal ambiente digital de suporte às OSCs participantes do Programa Nosso Chão, oferecendo informações, agenda de atividades e espaço de diálogo. Portanto, este material integra um conjunto de ações de desenvolvimento institucional promovidas pelo Programa Nosso Chão, Nossa História, coordenado pelo escritório do UNOPS em Maceió, resultado de um acordo judicial para a reparação dos danos extrapatriacionais causados em Maceió, com a finalidade de fortalecer as instituições locais para trabalhar no processo de reparação.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

2. Danos Extrapatrimoniais: Conceituação e Impacts

2.1. Conceito Jurídico de Danos Extrapatrimoniais

Os danos extrapatrimoniais, também conhecidos como danos imateriais, referem-se a prejuízos que afetam bens jurídicos não mensuráveis economicamente, como a dignidade, a honra, a saúde psicológica, a identidade cultural e os vínculos sociais. Diferentemente dos danos patrimoniais, que afetam diretamente o patrimônio material da pessoa e podem ser facilmente quantificados, os danos extrapatrimoniais atingem aspectos subjetivos e imateriais da existência humana.

No ordenamento jurídico brasileiro, o reconhecimento dos danos extrapatrimoniais evoluiu significativamente nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, incisos V e X, assegura o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem. O Código Civil de 2002 também reconhece a possibilidade de reparação por danos extrapatrimoniais, especialmente em seus artigos 186 e 927.

A Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) introduziu o conceito de "dano extrapatrimonial" no ordenamento jurídico brasileiro, substituindo a expressão "dano moral" em determinados contextos. Esta mudança terminológica reflete um entendimento mais amplo sobre os tipos de danos que podem afetar a pessoa humana para além de sua esfera patrimonial.

Das normas legais e infralegais vigentes:

Normas Legais:

1. Constituição Federal de 1988

- Art. 5º, incisos V e X:** Asseguram o direito à indenização por danos morais decorrentes de violação à honra, imagem, intimidade e vida privada.



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA

- **Art. 1º, inciso III:** Estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, servindo de base para a proteção contra danos extrapatriacionais¹.

2. Código Civil (Lei nº 10.406/2002)

- **Art. 186:** Define que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, causar dano a outrem, comete ato ilícito.
- **Art. 927:** Estabelece a obrigação de reparar o dano.
- **Art. 953:** Trata da indenização por ofensa à liberdade, à honra ou à reputação².

3. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)

- **Artigos 223-A a 223-G:** Introduzem o conceito de dano extrapatriacional nas relações de trabalho, estabelecendo critérios para sua caracterização e parâmetros para fixação de medidas de reparação³.

4. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)

- **Art. 6º, inciso VI:** Garante a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos⁴.

5. Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985)

- Permite a propositura de ação civil pública para a responsabilização por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico⁵.

Normas Infralegais e Jurisprudência

1. Súmulas dos Tribunais Superiores

¹ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-dano-extrapatrimonial-na-lei-13467-2017-reforma-trabalhista-apos-o-advento-da-mo-808-2017/535697062>

² <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/danos-extrapatrimoniais-no-direito-do-trabalho-e-sua-reparacao/1308491496>

³ <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/158232>

⁴ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/dano-extrapatrimonial/1366472747>

⁵ <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4816085.pdf>



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA

- **Súmula 227 do STJ:** Reconhece que a pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- **Súmula 387 do STJ:** Admite a cumulação de indenização por dano estético e dano moral⁶.

2. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)

- Em decisões recentes, o STF tem considerado que os limites estabelecidos no artigo 223-G da CLT para medidas de reparação por danos extrapatrimoniais são meramente orientativos, permitindo que o juiz fixe valores superiores conforme as circunstâncias do caso concreto⁷.

3. Métodos de Arbitramento

- O Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou o "método bifásico" para a fixação de medidas de reparação por danos extrapatrimoniais, que consiste em duas etapas: primeiro, a análise de precedentes para estabelecer um valor base; segundo a consideração das particularidades do caso concreto para ajustar o valor⁸.

2.2. Tipos de Danos Extrapatrimoniais

Os danos extrapatrimoniais podem ser classificados em diferentes categorias, dependendo da esfera da personalidade ou dos direitos afetados:

Danos Morais

Os danos morais são aqueles que afetam os direitos da personalidade, como a honra, a imagem, a privacidade e a dignidade. Causam sofrimento, angústia, humilhação ou abalo psicológico à vítima. São os mais comumente reconhecidos na jurisprudência brasileira.

Danos Psicológicos

⁶ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/dano-extrapatrimonial/1366472747>

⁷ <https://www.conjur.com.br/2024-nov-03/o-uso-do-metodo-bifasico-para-o-arbitramento-de-indenizacao-por-danos-extrapatrimoniais/>

⁸ <https://www.conjur.com.br/2024-nov-03/o-uso-do-metodo-bifasico-para-o-arbitramento-de-indenizacao-por-danos-extrapatrimoniais/>



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA

Os danos psicológicos referem-se aos prejuízos à saúde mental e ao equilíbrio psicológico da pessoa. Podem manifestar-se como transtornos de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e outros distúrbios psíquicos. Diferem dos danos morais por sua natureza mais duradoura e pela possibilidade de diagnóstico clínico.

Danos Culturais

Os danos culturais afetam o patrimônio cultural, as tradições, os modos de vida e as manifestações culturais de indivíduos ou comunidades. São particularmente relevantes quando se trata de comunidades tradicionais, povos indígenas e grupos com forte identidade cultural. Envolvem a perda de referências culturais, práticas tradicionais e conhecimentos ancestrais.

Danos Sociais

Os danos sociais referem-se aos prejuízos causados às relações sociais, aos vínculos comunitários e ao tecido social. Incluem a ruptura de laços comunitários, a desagregação de grupos sociais e a perda de capital social. São especialmente significativos em casos de deslocamento forçado de comunidades.

Danos Existenciais

Os danos existenciais afetam o projeto de vida e as relações cotidianas da pessoa, impedindo-a de realizar atividades que lhe traziam satisfação e sentido. Diferem dos danos morais por não se limitarem ao sofrimento psíquico, mas abrangerem a alteração prejudicial do modo de ser e de viver.

Perda de Identidade ou Pertencimento

Este tipo de dano refere-se à desconexão da pessoa com sua própria identidade ou com o grupo ao qual pertence. Manifesta-se como um sentimento de desenraizamento, de não pertencer a lugar algum, de perda de referências identitárias. É comum em casos de deslocamento forçado, migração involuntária ou destruição de territórios tradicionais.

2.3. A Especificidade dos Danos Extrapatrimoniais Coletivos (Dano Moral Coletivo)

Uma evolução crucial na compreensão dos danos extrapatrimoniais no Brasil foi o reconhecimento e a consolidação da figura do **dano moral coletivo**. Este não se

confunde com a mera soma de danos morais individuais; representa uma ofensa a valores e interesses compartilhados por uma coletividade, de natureza transindividual e indivisível⁹. É uma lesão que atinge a própria moralidade pública ou o patrimônio valorativo de uma comunidade¹⁰.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem desempenhado um papel fundamental na consolidação dessa categoria autônoma de dano extrapatrimonial. A jurisprudência do STJ entende que o dano moral coletivo, em muitos casos, especialmente os ambientais, é aferível *in re ipsa*, ou seja, decorre da própria gravidade do fato ilícito e da violação de direitos coletivos, sendo desnecessária a comprovação de dor ou sofrimento psíquico individualizado na comunidade. A simples constatação da prática de uma conduta que agrida de forma injusta e intolerável direitos extrapatrimoniais da coletividade é suficiente para sua configuração. Um exemplo claro é o entendimento aplicado ao desmatamento ilegal na Amazônia (REsp 1.989.778), onde a lesão ao meio ambiente, por si só, configura dano moral coletivo, pois afeta um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, direito pertencente também às futuras gerações¹¹.

Desastres ambientais de grande magnitude, como o rompimento da barragem da Samarco em Mariana e o afundamento do solo em Maceió¹², são exemplos emblemáticos onde a ocorrência de danos extrapatrimoniais coletivos é patente. A destruição de ecossistemas inteiros (como o Rio Doce), o deslocamento de milhares de pessoas, a perda de patrimônio histórico e cultural e a desestruturação de comunidades inteiras representam ofensas que ultrapassam a esfera individual, atingindo o "patrimônio ideal da coletividade", o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida de forma difusa.

⁹ [intertemas.toledoprudente.edu.br](http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/download/5770/5487), acessado em abril 22, 2025,
<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/download/5770/5487>

¹⁰ [revista.defensoria.rs.def.br](https://revista.defensoria.rs.def.br/article/download/141/126/250), acessado em abril 22, 2025,
<https://revista.defensoria.rs.def.br/article/download/141/126/250>

¹¹ O dano moral coletivo na jurisprudência do STJ, acessado em abril 22, 2025,
<https://www.stjjus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/16062024-Dano-moral-coletivo-como-o-STJ-interpreta-a-ofensa-que-atinge-valores-de-toda-a-comunidade.aspx>

¹² O programa - Nossa Chão, Nossa História, acessado em abril 22, 2025,
<https://nossochaomaceio.org/o-programa/>

Essa evolução jurídica que reconhece e valida o dano moral coletivo ¹³ é o que torna possível e legítima a implementação de programas de reparação em larga escala, como o "Nosso Chão Nossa História" em Maceió. Tais programas são explicitamente desenhados para endereçar esses danos coletivos, não individualizados, que afetam a comunidade como um todo. A ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Braskem, que resultou no acordo financeiro do programa ², fundamenta-se precisamente nessa compreensão do dano coletivo. Assim, a prática da reparação coletiva encontra amparo direto nesse desenvolvimento específico da doutrina e jurisprudência brasileiras.

Contudo, apesar do reconhecimento legal, a própria natureza intangível dos danos extrapatrimoniais coletivos impõe um desafio significativo: como mensurar e definir o escopo exato dessa lesão difusa? A dificuldade em "medir o imensurável" reforça a importância crucial de processos participativos na definição das medidas reparatórias. Se o dano afeta valores e experiências compartilhadas pela coletividade, faz sentido que a própria comunidade atingida tenha um papel central em definir quais são as prioridades e as formas mais significativas de reparação. A criação do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais (CGDE) em Maceió, composto por membros da comunidade para definir os temas dos projetos, exemplifica e reforça essa necessidade. "O CGDE é o comitê interinstitucional responsável por decidir sobre as diretrizes e prioridades das medidas reparatórias voltadas à reparação dos danos extrapatrimoniais, nos termos do Acordo Judicial."

A participação comunitária deixa de ser apenas um ideal democrático e torna-se um requisito metodológico para conectar o reconhecimento legal do dano coletivo a ações de reparação que sejam verdadeiramente significativas e eficazes para os atingidos.

2.4. Impactos dos Danos Extrapatrimoniais em Comunidades

Quando os danos extrapatrimoniais afetam comunidades inteiras, seus impactos são amplificados e adquirem dimensões coletivas. Alguns dos principais impactos incluem:

Ruptura do Tecido Social

A desagregação das relações sociais e dos vínculos comunitários pode levar à perda de redes de apoio mútuo, solidariedade e cooperação que são essenciais para o bem-estar coletivo. Esta ruptura fragiliza a capacidade da comunidade de enfrentar adversidades e resolver problemas coletivamente.

Perda de Referências Culturais e Simbólicas

A destruição ou o abandono forçado de espaços significativos (como praças, igrejas, escolas, centros comunitários, campos de futebol de várzea) e a interrupção de práticas culturais (como festas, celebrações, rituais, jogos comunitários) podem levar à perda de referências que davam sentido e coesão à vida comunitária.

Trauma Coletivo

Eventos traumáticos que afetam toda uma comunidade podem gerar um trauma coletivo, caracterizado por sentimentos compartilhados de medo, desamparo, desconfiança, abandono e desesperança. Este trauma pode ser transmitido entre gerações, afetando mesmo aqueles que não vivenciaram diretamente o evento traumático.

Perda de Autonomia e Protagonismo

A imposição de mudanças não desejadas e a falta de participação nas decisões que afetam a comunidade podem levar à perda de autonomia e protagonismo. As pessoas passam a se sentir objetos passivos de ações externas, em vez de sujeitos ativos de sua própria história.

Impactos na Saúde Mental Coletiva

Os danos extrapatrimoniais coletivos frequentemente se manifestam em problemas de saúde mental que afetam grande parte da comunidade, como aumento de casos de depressão, ansiedade, abuso de substâncias e suicídio e comprometem significativamente a capacidade de gerar e agregar valor à comunidade.

2.5. A Necessidade de Reparação Integral

A reparação de danos extrapatrimoniais não pode limitar-se à compensação financeira. Embora a indenização monetária seja importante, ela é insuficiente para restaurar os aspectos imateriais afetados. A reparação integral deve incluir:



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



**Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais**



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

1. Reconhecimento do dano: Admissão formal da existência e da gravidade dos danos causados.
2. Medidas de satisfação: Ações que proporcionem dignidade e reconhecimento às vítimas, como pedidos públicos de desculpas, memoriais, homenagens.
3. Garantias de não repetição: Medidas que assegurem que situações semelhantes não voltarão a ocorrer.
4. Reabilitação: Serviços médicos, psicológicos, sociais e jurídicos para ajudar na recuperação das vítimas.
5. Restituição: Quando possível, restauração da situação anterior ao dano.
6. Compensação: Indenização proporcional à gravidade do dano e às circunstâncias de cada caso.
7. Medidas coletivas: Ações voltadas para a reparação de danos que afetaram toda a comunidade.

No caso do desastre socioambiental causado pela Braskem em Maceió, torna-se particularmente complexa a tarefa de definir integralmente a reparação dos danos extrapatrimoniais, justamente pela característica contínua e ainda em evolução do evento. Como se trata de um desastre que permanece ativo, com impactos que continuam a surgir ou se agravar ao longo do tempo, é impossível determinar com precisão, neste momento, o alcance total das medidas necessárias para restaurar a dignidade das vítimas e das comunidades afetadas. As consequências sociais, emocionais e culturais ainda estão sendo produzidas, de modo que qualquer reparação imediata, embora necessária, permanece insuficiente diante da extensão ainda incerta dos danos futuros.

Nesse contexto, a história do desastre de Maceió permanece aberta, e as respostas precisam contemplar essa dinâmica de continuidade e imprevisibilidade. A reparação deve ser compreendida como um processo vivo, flexível e adaptável às novas circunstâncias e demandas que inevitavelmente surgirão enquanto os danos persistirem. Reconhecer essa característica de incompletude, portanto, é fundamental não apenas para a justiça às vítimas atuais, mas para garantir que o compromisso com as futuras ações reparatórias permaneça firme e responsável às necessidades reais das comunidades atingidas.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

No contexto do Programa Nossa Chão Nossa História, a formalização de coletivos e o desenvolvimento institucional de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) surge como uma estratégia promissora para implementar medidas de reparação que atendam às múltiplas dimensões dos danos extrapatrimoniais sofridos pelas comunidades atingidas pela atividade de mineração em Maceió.

2.6. Significado para a Reparação de Danos Extrapatrimoniais em Maceió

O programa Nossa Chão Nossa História se destaca por diversos aspectos em sua abordagem à reparação dos danos extrapatrimoniais:

- Foco no Coletivo: A iniciativa direciona seus esforços explicitamente para os danos morais *coletivos*, reconhecendo que o desastre afetou dimensões compartilhadas da vida comunitária, como as relações sociais, os eventos culturais, a dinâmica econômica local e a relação com o ambiente.
- Prioridades Definidas pela Comunidade: A centralidade do CGDE na definição dos temas dos editais é um mecanismo fundamental para assegurar que as ações de reparação correspondam às necessidades e prioridades percebidas pela própria população atingida, conferindo maior legitimidade e potencial de impacto aos projetos.
- Abordagem Estruturada e Profissionalizada: A utilização de editais competitivos para selecionar coletivos participantes da macro ação e as OSCs executoras e a gestão operacional pelo UNOPS buscam garantir uma aplicação transparente, eficiente e tecnicamente qualificada dos recursos da reparação.²
- Processo Iterativo e Adaptativo: O programa prevê o lançamento de novas gerações de editais, cujos temas serão definidos após avaliação da primeira fase e realização de um processo de escuta direta da população atingida (*escuta da população atingida*). Isso permite que o programa se adapte às necessidades emergentes e aprenda com a experiência.

O programa representa um esforço significativo e inovador para traduzir o conceito legal de dano extrapatrimonial coletivo em ações concretas de reparação, utilizando uma estrutura de governança participativa e uma abordagem programática que busca não apenas compensar perdas, mas também reconstruir o tecido social e

promover o desenvolvimento futuro das comunidades atingidas pelo desastre socioambiental em Maceió.

2.7. Modelos de Empreendedorismo Social para Reparação

O empreendedorismo social oferece uma plataforma versátil para abordar essa complexidade. Negócios sociais podem ser intencionalmente desenhados para gerar impacto positivo em uma ou mais dimensões do dano extrapatrimonial, ao mesmo tempo em que criam valor econômico para a comunidade. Alguns modelos incluem:

- Cooperativas e Associações Produtivas: Formalizam grupos de artesãos, agricultores, pescadores, cozinheiros etc., que tiveram suas atividades econômicas e culturais afetadas. Além de gerar renda, resgatam saberes tradicionais (reparação cultural), fortalecem laços sociais (reparação social) e podem melhorar a autoestima e o senso de propósito (reparação psicológica).
- Negócios Sociais de Serviços: Oferecem serviços essenciais à comunidade (cuidado, logística, reparos, alimentação) de forma acessível e com foco na qualidade e na confiança, ajudando a restaurar a qualidade de vida (reparação social) e a reconstruir o capital social.
- Plataformas Culturais e de Memória: Criam espaços (físicos ou digitais) para a preservação e celebração da cultura local, da história e da memória coletiva, combatendo a perda cultural e de identidade, e oferecendo um espaço para a expressão do luto e da resiliência (reparação moral e psicológica).
- Empresas de Inclusão Produtiva: Focam na capacitação e empregabilidade de grupos vulnerabilizados pelo desastre, promovendo autonomia financeira e reintegração social (reparação social e psicológica).
- Negócios de Impacto Ambiental Positivo: Atuam na recuperação de áreas degradadas, na gestão de resíduos ou na promoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (reparação social) e, em alguns casos, restaurando recursos importantes para a identidade cultural ou econômica da comunidade.

Um aspecto fundamental que diferencia o empreendedorismo social da assistência tradicional é a devolução da agência aos afetados. Ao se tornarem protagonistas na criação e gestão de soluções para seus próprios desafios, os membros da

comunidade passam de uma posição de vítimas passivas para agentes ativos de sua recuperação. Esse processo de empoderamento, de exercício da capacidade de resolução de problemas¹³ e de reconquista da autonomia¹⁴, é intrinsecamente reparador, especialmente para os danos psicológicos, sociais e de identidade. A formalização em coletivos e a geração de renda sustentável são os pilares que viabilizam essa transformação.

No contexto das ações de empreendedorismo social para reparação em Maceió, a RBCIP já deu início ao desenvolvimento de uma solução prática e inovadora: o Portal REDE Maceió. A plataforma (disponível em <https://redemaceio.vipsalesvs.com>) atuará como um espaço digital compartilhado pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), facilitando a conexão entre iniciativas locais, o intercâmbio de experiências, o fortalecimento de redes colaborativas, compartilhamento de projetos e ações e mobilização de recursos de todas as naturezas.

O grande diferencial do Portal está em seu caráter prático e territorializado, voltado especificamente às necessidades concretas das comunidades afetadas pelo desastre socioambiental causado pela Braskem, na extração do sal-gema. Ao promover a visibilidade das ações já existentes e impulsionar a criação de novas parcerias locais, a plataforma contribuirá diretamente para o desenvolvimento de soluções de impacto real, que consideram a realidade, a cultura e os desafios únicos da população de Maceió. Em breve, a REDE Maceió será uma referência viva e dinâmica do poder transformador das redes colaborativas em contextos de crise, facilitando respostas ágeis e eficazes ao cenário em constante mudança enfrentado pela comunidade local.

¹³ Enfrentamento de desastres naturais: o uso de um ... – SciELO Brasil, acessado em abril 23, 2025, <https://www.scielo.br/j/paideia/a/xRGfLt5xxs7LXkt9cmPG4jM/>

¹⁴ Território e desterritorialização: o sofrimento social ... – SciELO Brasil, acessado em abril 23, 2025, <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hNYv4Mw6gvDHBBsvT7vrhMQ/>

3.Organizações da Sociedade Civil (OSCs): Conceito, Marco Regulatório, Formalização de Coletivos e Desenvolvimento Institucional

3.1. Conceito e Definição Legal de OSCs

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em prol do interesse público, visando produzir transformações sociais mediante a promoção de direitos, conscientização socioambiental e combate à exclusão social, especialmente no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.

De acordo com a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), são consideradas OSCs:

1. Entidades privadas sem fins lucrativos: Que não distribuam entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, e que os apliquem integralmente na consecução do respectivo objeto social.
2. Sociedades cooperativas: Previstas na Lei nº 9.867/1999, integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; alcançadas por programas de combate à pobreza e geração de trabalho e renda; voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou projetos de interesse público e de cunho social.
3. Organizações religiosas: Que se dediquem a atividades ou projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

As OSCs diferenciam-se de outros tipos de organizações por sua natureza não lucrativa, sua finalidade de interesse público e sua independência em relação ao



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

Estado, embora possam estabelecer parcerias com ele para a consecução de seus objetivos.

A formalização de coletivos em Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é uma etapa essencial para garantir legitimidade, sustentabilidade e acesso a políticas públicas voltadas à reparação de danos extrapatrimoniais. Muitos grupos atuam de maneira espontânea e engajada em seus territórios, mas enfrentam limitações para acessar recursos, firmar parcerias com o poder público ou representar juridicamente suas comunidades. Nesse sentido, transformar um coletivo informal em uma OSC representa um passo fundamental para consolidar essa atuação social.

O processo começa com uma reunião de fundação, em que as pessoas envolvidas no coletivo definem objetivos comuns e estruturam a criação da associação. Nesse momento, é elaborado um estatuto social, documento que estabelece as finalidades da organização, suas formas de funcionamento e regras de governança. Uma vez aprovado, o estatuto deve ser registrado em cartório, conferindo à entidade personalidade jurídica própria.

Com o estatuto registrado, é possível solicitar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, o que permite abrir conta bancária em nome da instituição, emitir notas fiscais e participar de editais e convênios. A formalização plena também exige atenção às normas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), especialmente quando há intenção de firmar parcerias com o poder público.

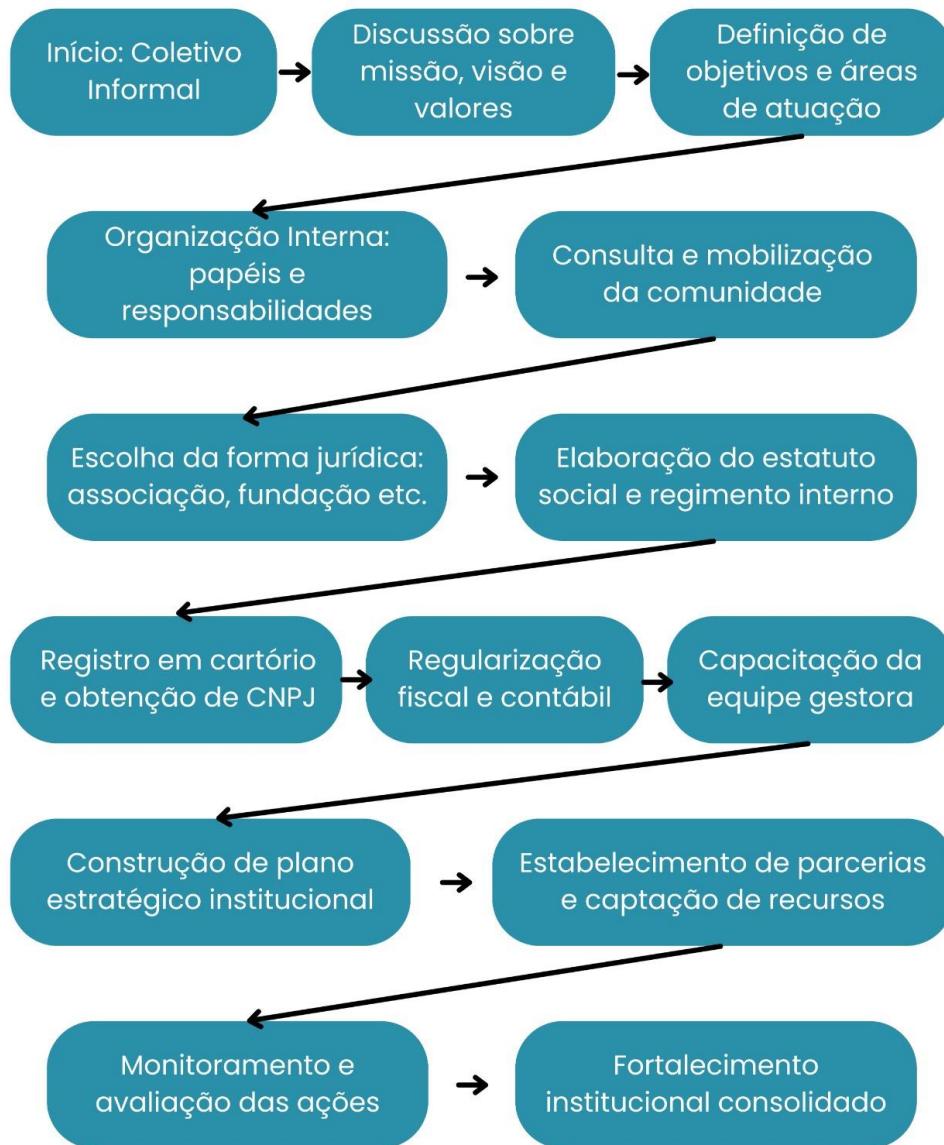
Uma vez formalizada, a OSC precisa investir no seu fortalecimento institucional. Isso envolve capacitar sua equipe, aprimorar a gestão financeira e administrativa, garantir a transparência das ações e desenvolver projetos coerentes com sua missão. A qualificação técnica e política da entidade permite que ela atue de forma mais eficaz em iniciativas de reparação imaterial, como ações de memória, reconhecimento, apoio psicossocial e articulação com órgãos públicos e outras redes da sociedade civil.

Assim, a formação jurídica e o desenvolvimento institucional caminham juntos na consolidação das OSCs como protagonistas na construção de soluções justas e duradouras para as comunidades atingidas.

Diagrama sucinto do processo de formalização e fortalecimento (desenvolvimento) de OSC:



Resumo do processo de formalização e institucionalização de um coletivo/OSC:



3.2. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Esta legislação representa um avanço significativo

na regulamentação das relações entre Estado e sociedade civil organizada, trazendo maior segurança jurídica, transparência e efetividade para estas parcerias.

Principais Aspectos do MROSC:

1. Instrumentos de Parceria: A lei estabelece três instrumentos principais:

- Termo de Colaboração: Quando a proposta de parceria parte da administração pública.
- Termo de Fomento: Quando a proposta de parceria parte da OSC.
- Acordo de Cooperação: Para parcerias que não envolvem transferência de recursos financeiros.

2. Chamamento Público: Procedimento destinado a selecionar OSCs para firmar parcerias, observando os princípios da isonomia, legalidade, imparcialidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e vinculação ao instrumento convocatório.

3. Plano de Trabalho: Documento que contém a descrição da realidade que será objeto da parceria, as metas a serem atingidas, a previsão de receitas e despesas, e os prazos para execução das atividades.

4. Prestação de Contas: Procedimento em que se analisa e avalia a execução da parceria, verificando o cumprimento do objeto e o alcance das metas e resultados previstos.

5. Transparência e Controle Social: Obrigatoriedade de divulgação das parcerias na internet e mecanismos de participação social no acompanhamento e fiscalização.

6. Vedações e Impedimentos: Situações em que OSCs estão impedidas de celebrar parcerias com a administração pública, como quando possuem dirigentes que sejam agentes políticos ou tenham contas rejeitadas.

O MROSC trouxe maior clareza sobre os papéis e responsabilidades de cada parte nas parcerias, estabelecendo procedimentos mais transparentes e democráticos para a seleção de OSCs e para o monitoramento e avaliação dos resultados.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

3.3. Detalhando o Processo de Formalização de um Coletivo

A formalização de coletivos em Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é um processo estruturante e necessário para ampliar a capacidade dessas iniciativas atuarem de forma legítima, transparente e com acesso a oportunidades de financiamento público e privado. O processo envolve etapas jurídicas e administrativas, e deve seguir o fluxo metodológico validado pelo Programa Nosso Chão, Nossa História. Abaixo, descreve-se o passo a passo recomendado:

1. Mobilização inicial e alinhamento de propósitos

Antes de formalizar a OSC, o grupo deve reunir pessoas interessadas e comprometidas com uma causa comum. É importante que haja clareza sobre:

- A missão, visão e valores do grupo;
- O público que será atendido;
- A justificativa social da atuação;
- As possíveis áreas de atuação;
- As perspectivas de continuidade.

2. Elaboração do Estatuto Social

O Estatuto Social é o documento jurídico que define a identidade e as regras de funcionamento da organização. Deve conter:

- Denominação, sede e finalidade;
- Critérios de admissão e desligamento de membros;
- Direitos e deveres dos associados;
- Estrutura de governança (diretoria, assembleia, conselho fiscal etc.);
- Regras de convocação, deliberação e quóruns;
- Fontes de recursos e forma de gestão financeira;

- Regras de alteração estatutária e dissolução da entidade.

É essencial que o estatuto esteja alinhado ao previsto na Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e na Lei nº 13.019/2014 (MROSC).

3. Realização da Assembleia de Constituição

Com o estatuto pronto, é convocada a Assembleia de Constituição, onde os fundadores:

- Aprovam formalmente o Estatuto;
- Elegem os membros da primeira diretoria e, se previsto, do conselho fiscal;
- Elaboram a Ata de Constituição, com assinatura dos presentes.

4. Registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

A Ata da Assembleia e o Estatuto aprovado devem ser levados ao cartório competente da comarca onde a organização terá sede. A formalização do registro inclui:

- Requerimento assinado pelo representante legal;
- Cópias autenticadas da Ata e do Estatuto;
- Qualificação completa dos fundadores e dirigentes;
- Pagamento das taxas cartorárias.

5. Obtenção do CNPJ na Receita Federal

Com o registro em cartório concluído, é preciso obter o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por meio do preenchimento do Documento Básico de Entrada (DBE) no site da Receita Federal. O CNPJ formaliza a existência da OSC como pessoa jurídica.

6. Inscrição Municipal e Licenciamento

A OSC deve se registrar junto à prefeitura do município onde atuará. Esse passo pode envolver:

- Obtenção da Inscrição Municipal;
- Emissão do Alvará de Funcionamento;
- Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), se exigido.

É importante verificar com a prefeitura local os requisitos específicos.

7. Registros específicos em conselhos de políticas públicas

Conforme sua área de atuação, a OSC poderá buscar registros complementares em conselhos como:

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Conselho do Idoso, da Mulher, da Juventude, da Cultura, entre outros.

Esses registros qualificam a organização para desenvolver ações específicas e acessar editais públicos correspondentes.

8. Qualificações e certificações (quando aplicável)

Dependendo do histórico da organização e de sua atuação, é possível buscar qualificações jurídicas e certificações públicas, como:

- Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);
- Título de Utilidade Pública municipal, estadual ou federal;
- Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS);
- Qualificação como Organização Social (OS).

Esses títulos são facultativos, mas podem trazer benefícios fiscais ou ampliar o acesso a parcerias com o poder público.

9. Estruturação administrativa e contábil

Com a formalização concluída, a OSC deve implementar práticas mínimas de gestão, como:

- Abertura de conta bancária jurídica;
- Contratação de serviço de contabilidade;
- Definição de processos internos administrativos e financeiros;
- Criação de mecanismos de transparência e prestação de contas.

3.4. Desafios na Formalização de OSCs

O processo de formalização de OSCs enfrenta diversos desafios, especialmente para grupos comunitários com poucos recursos e conhecimento técnico e burocrático limitado:

1. Burocracia e Complexidade

- Multiplicidade de documentos e registros necessários
- Linguagem técnica e jurídica de difícil compreensão
- Procedimentos que exigem conhecimento especializado
- Custos com taxas, emolumentos e serviços profissionais

2. Sustentabilidade Financeira

- Dificuldade em mobilizar recursos para iniciar e manter a organização
- Necessidade de diversificar fontes de financiamento
- Custos operacionais contínuos (contabilidade, assessoria jurídica, etc.)
- Exigências crescentes de contrapartidas para acesso a recursos públicos

3. Capacidade Técnica e Gestão

- Falta de experiência em gestão organizacional
- Dificuldade em elaborar projetos e planos de trabalho
- Limitações na capacidade de prestação de contas
- Necessidade de profissionalização da gestão

4. Representatividade e Legitimidade

- Garantir que a OSC realmente represente os interesses da comunidade
- Estabelecer mecanismos de participação efetiva dos beneficiários
- Evitar a captura da organização por interesses particulares ou meramente políticos



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**

- Manter a conexão com as bases sociais ao longo do tempo
- Estabelecer políticas de prevenção e combate ao Assédio Moral: Essas políticas podem ser desdobradas ou integradas em outros instrumentos organizacionais, como:
 - Código de Conduta Ética
 - Política de Convivência Respeitosa no Ambiente de Trabalho
 - Política de Integridade e Compliance
 - Regimento Interno de Conduta e Relacionamento Interpessoal

3.5. Importância das OSCs para Comunidades Vulneráveis

Apesar dos desafios, a formalização de OSCs oferece importantes benefícios para comunidades vulneráveis:

1. Reconhecimento Jurídico e Institucional

A existência formal permite que a organização seja reconhecida como sujeito de direitos e obrigações, podendo celebrar contratos, receber doações, firmar parcerias e representar legalmente os interesses da comunidade.

2. Acesso a Recursos e Políticas Públicas

OSCs formalizadas e capacitadas podem acessar recursos públicos através de termos de parceria, convênios e editais, além de recursos privados de fundações, empresas e agências de cooperação internacional.

3. Fortalecimento da Identidade Coletiva

O processo de criação e gestão de uma OSC fortalece a identidade coletiva, o sentimento de pertencimento e a capacidade de ação conjunta da comunidade, onde o “todo” é maior que a soma das partes.

4. Desenvolvimento de Capacidades Locais

A gestão da OSC proporciona oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades em áreas como planejamento, gestão financeira, identificação de

oportunidades, formulação de projetos voltados à reparação de danos extrapatrimoniais, comunicação e articulação política.

5. Continuidade das Ações

A institucionalização permite maior continuidade das ações e a sustentabilidade da organização no longo prazo, que deixam de depender exclusivamente de lideranças individuais e passam a contar com estruturas organizacionais mais estáveis e perenes.

6. Incidência em Políticas Públicas

OSCs formalizadas e fortalecidas têm maior capacidade de influenciar políticas públicas, participar de conselhos e fóruns de decisão, e contribuir para a formulação e implementação de programas governamentais e políticas públicas.

No contexto do Programa Nosso Chão Nossa História, a formalização e o desenvolvimento institucional de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) representa uma estratégia fundamental para fortalecer a capacidade das comunidades atingidas pela mineração em Maceió de participarem ativamente do processo de reparação dos danos extrapatrimoniais sofridos, assegurando que as medidas adotadas estejam alinhadas às suas necessidades reais e aspirações coletivas.

4. Programa Nosso Chão Nossa História: Contexto, Objetivos e Atuação

4.1. Contexto do Desastre em Maceió

Em março de 2018, os moradores do bairro do Pinheiro, em Maceió, foram surpreendidos por um tremor de terra. Este episódio marcou o início de um processo de rachaduras e afundamentos do solo em imóveis e ruas que, com o tempo, se estendeu para outros bairros da cidade: Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Farol. A causa deste fenômeno foi identificada como o colapso de cavernas subterrâneas geradas pela extração de sal-gema realizada pela empresa petroquímica Braskem.

As consequências deste desastre foram devastadoras para a população local:

1. Deslocamento forçado: Milhares de famílias tiveram que abandonar suas casas e bairros onde viviam há gerações.
2. Perda material: Imóveis, comércios e bens pessoais foram perdidos ou desvalorizados drasticamente.
3. Ruptura de laços comunitários: Comunidades inteiras foram dispersas, rompendo redes de solidariedade e apoio mútuo construídas ao longo de décadas.
4. Impactos psicológicos: Trauma, ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental se tornaram comuns entre os afetados.
5. Perda de referências culturais e identitárias: Locais de memória, espaços de convivência e marcos culturais foram abandonados ou destruídos.

4.2. Origem e Estrutura do Programa Nosso Chão Nossa História

Como já detalhado anteriormente, em 2020, diante da gravidade da situação, o Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas, o Ministério Público Estadual de Alagoas (MPAL) e a Braskem assinaram um Termo de Acordo Socioambiental. Neste acordo, a empresa foi responsabilizada a indenizar os danos morais coletivos ocorridos a partir da extração do sal-gema, que resultou no afundamento do solo em Maceió e decorrente deslocamento da população atingida diretamente pelo desastre.

O Programa Nosso Chão, Nossa História surge como resultado deste acordo, como uma ferramenta para a reparação de danos morais coletivos e incentivo ao desenvolvimento em Maceió. Ao todo, serão investidos R\$150 milhões em quatro anos para a reparação dos danos morais coletivos.

A estrutura do programa inclui:

1. Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais (CGDE): Responsável por definir os projetos a serem implementados. Funciona também como um “observatório” das ações de reparação.
2. UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos): Organismo da ONU especializado em gestão de projetos, responsável pela operacionalização das ações definidas pelo CGDE.

3. Editais e chamadas públicas: Mecanismos para seleção de projetos e iniciativas a serem apoiados pelo programa.

4.3. Objetivos e Princípios do Projeto

O Programa Nosso Chão, Nossa História tem como objetivo principal promover a reparação dos danos morais coletivos decorrentes da atividade de mineração em Maceió e mitigar suas consequências, contribuindo para a promoção da justiça e do bem-estar da população atingida.

Entre seus princípios orientadores estão:

1. Reparação integral: Buscar formas de reparação que atendam às múltiplas dimensões dos danos sofridos, indo além da compensação financeira.
2. Participação comunitária: Garantir que as comunidades afetadas tenham voz ativa no processo de reparação.
3. Valorização da memória e identidade: Preservar e fortalecer as referências culturais e identitárias das comunidades.
4. Desenvolvimento sustentável: Promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Maceió.
5. Transparência e controle social: Assegurar que todas as ações do programa sejam transparentes e sujeitas ao controle da sociedade.

4.4. Áreas de Atuação e Linhas de Ação

O Programa Nosso Chão, Nossa História atua em diversas frentes para abordar os diferentes aspectos dos danos extrapatrimoniais sofridos pelas comunidades. Entre suas principais áreas de atuação estão:

1. Memória e Identidade Cultural

Projetos voltados para a preservação da memória, história e identidade cultural das comunidades atingidas, incluindo:

- Documentação de histórias orais
- Criação de acervos e museus comunitários

- Mapeamento do patrimônio cultural material e imaterial
- Realização de eventos culturais que celebrem as tradições locais

2. Saúde Mental e Bem-Estar Psicossocial

Iniciativas focadas no suporte psicológico e emocional às pessoas afetadas pelo desastre:

- Atendimento psicológico individual e em grupo
- Grupos de apoio e atividades terapêuticas
- Capacitação de agentes comunitários em primeiros socorros psicológicos
- Programas de redução de estresse e ansiedade

3. Reconstrução de Vínculos Comunitários

Ações voltadas para a reconstrução do tecido social e fortalecimento dos laços comunitários:

- Criação de espaços comunitários de convivência
- Realização de eventos e atividades que promovam a integração
- Desenvolvimento de redes de apoio mútuo
- Projetos intergeracionais

4. Desenvolvimento Socioeconômico

Projetos que visam promover a recuperação econômica e a geração de renda:

- Capacitação profissional
- Incubação de pequenos negócios comunitários
- Criação de cooperativas e empreendimentos solidários
- Desenvolvimento de projetos de economia criativa

5. Defesa de Direitos e Advocacy (luta por uma causa comum)

Iniciativas focadas na garantia dos direitos das comunidades atingidas:

- Monitoramento dos processos de reparação

- Assessoria jurídica para as comunidades
- Produção de relatórios e estudos sobre os impactos do desastre
- Articulação com órgãos públicos e outras instituições

4.5. O Papel das OSCs no Programa Nosso Chão Nossa História

Um aspecto fundamental do Programa Nosso Chão, Nossa História é o apoio à formalização e o fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam nas comunidades atingidas. O programa reconhece que as OSCs podem desempenhar um papel crucial na reparação dos danos extrapatrimoniais, por diversos motivos:

1. Enraizamento comunitário: As OSCs formadas por membros das próprias comunidades têm maior capacidade de compreender as necessidades e aspirações locais.
2. Continuidade das ações: O desenvolvimento institucional permite maior sustentabilidade no longo prazo, favorecendo a continuidade das iniciativas de reparação, que não dependem de ações pontuais ou temporárias.
3. Protagonismo das comunidades: Através das OSCs, as comunidades atingidas podem assumir um papel ativo no processo de reparação, em vez de serem meros receptores passivos de ações externas.
4. Articulação com políticas públicas: As OSCs formalizadas, institucionalizadas têm maior capacidade de acessar recursos diversos e influenciar políticas públicas que podem complementar as ações de reparação.
5. Captação de recursos adicionais: Além dos recursos do programa, as OSCs podem captar recursos de outras fontes, ampliando o alcance das iniciativas de reparação.

O programa, por meio de seus editais, busca apoiar os coletivos que surgiram a partir do desastre para formalização de coletivos e desenvolvimento institucional de novas OSCs, oferecendo suporte técnico, financeiro e jurídico para este processo.

4.6. Resultados Esperados e Impacts

O Programa Nosso Chão, Nossa História busca alcançar resultados significativos na reparação dos danos extrapatrimoniais vivenciados pelas comunidades atingidas pela mineração em Maceió. Entre os principais resultados esperados estão:

1. Preservação da memória e identidade: Documentação e valorização da história e cultura das comunidades afetadas, evitando que sejam esquecidas ou apagadas.
2. Melhoria da saúde mental: Redução dos sintomas de trauma, ansiedade e depressão entre os afetados, promovendo bem-estar psicológico e resiliência.
3. Reconstrução de vínculos sociais: Fortalecimento das relações comunitárias e criação de novas redes de apoio e solidariedade.
4. Desenvolvimento de capacidades locais: Formação de lideranças e desenvolvimento de habilidades que permitam às comunidades assumirem protagonismo em seu próprio desenvolvimento.
5. Geração de renda e oportunidades: Criação de alternativas econômicas que contribuam para a sustentabilidade financeira das famílias afetadas.
6. Fortalecimento da sociedade civil organizada: Consolidação de OSCs capazes de representar os interesses das comunidades e atuar na defesa de seus direitos.
7. Transformação social positiva: Para além da reparação dos danos já ocorridos, o programa busca contribuir para transformações sociais positivas que melhorem a qualidade de vida nas comunidades afetadas.

O Programa Nosso Chão, Nossa História representa, assim, uma abordagem inovadora para a reparação de danos extrapatrimoniais, reconhecendo que estes danos têm dimensões coletivas e subjetivas que exigem respostas que vão além da compensação financeira individual. Ao investir no fortalecimento das OSCs e no protagonismo comunitário, o programa busca não apenas reparar os danos do passado, mas também construir bases sólidas para um futuro mais justo e sustentável para as comunidades afetadas.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



**Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais**



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

4.7. Danos Extrapatrimoniais no Contexto do Programa Nosso Chão Nossa História

No contexto do Programa Nosso Chão Nossa História, os danos extrapatrimoniais estão diretamente relacionados aos efeitos da atividade de mineração conduzida pela empresa Braskem, que provocou impactos severos em cinco bairros de Maceió – Pinheiro, Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Farol. É importante destacar que a Braskem não integra o Programa e não possui qualquer participação ou poder decisório sobre a gestão dos recursos destinados à reparação, os quais são provenientes de um Termo de Acordo Socioambiental firmado com o Ministério Público Federal e demais instituições. Esse desastre socioambiental, ainda em curso, resultou no deslocamento forçado de milhares de moradores e gerou uma série de danos extrapatrimoniais, incluindo:

1. Ruptura do tecido social: As pessoas foram afastadas das suas dinâmicas sociais e comunitárias nos territórios onde viviam.
2. Perda de referências e do patrimônio histórico-cultural: Locais de memória, espaços de convivência e marcos culturais foram abandonados ou destruídos.
3. Sentimento de invisibilidade: Muitas pessoas afetadas relatam sentir-se invisíveis e esquecidas no processo de reparação.
4. Precarização do acesso à saúde, educação e assistência social: O deslocamento para áreas com infraestrutura inadequada comprometeu o acesso a serviços essenciais.
5. Comprometimento da saúde mental: Aumento de casos de depressão, ansiedade e outros transtornos psicológicos entre os afetados.
6. Perda de memória e identidade: Desconexão com as referências identitárias ligadas ao território e à comunidade.
7. Dificuldade em estabelecer novas relações: Obstáculos para reconstruir vínculos sociais e comunitários nos novos locais de moradia.
8. Sentimento de perda permanente: Percepção de que algo fundamental foi perdido e não poderá ser recuperado.

Estes danos extrapatrimoniais vão muito além das questões financeiras, afetando emocionalmente, psicologicamente e moralmente tanto as pessoas diretamente atingidas, quanto as comunidades “de borda” e toda a população de Maceió. Sua reparação exige abordagens que considerem as dimensões subjetivas, culturais e sociais do sofrimento em curso.

5. Opções de Reparação de Danos Extrapatrimoniais via OSCs

A reparação de danos extrapatrimoniais – como danos morais, psicológicos, culturais, sociais e perda de identidade ou pertencimento – exige abordagens que ultrapassem a lógica da compensação financeira. No âmbito do Programa Nosso Chão Nossa História, a formalização de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desponta como uma estratégia promissora para a implementação de medidas reparatórias capazes de contemplar as múltiplas dimensões dos danos vivenciados pelas comunidades atingidas pela mineração em Maceió, incluindo aquelas situadas nas bordas do território diretamente impactado e, em sentido mais amplo, toda a população da cidade.

Este item apresenta um detalhamento das opções de reparação via OSCs, considerando as especificidades dos danos extrapatrimoniais identificados, o potencial das organizações comunitárias para promover processos de reparação integral e as exigências da legislação vigente.

5.1. OSCs de Memória e Identidade Cultural

Descrição

Organizações dedicadas à preservação, documentação e valorização da memória, da história e da identidade cultural das comunidades atingidas pela mineração em Maceió.

Objetivos Específicos

- Documentar e preservar a história dos bairros afetados
- Valorizar as manifestações culturais locais

- Fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade
- Criar espaços físicos e virtuais de memória coletiva

Atividades Potenciais

- Museu Comunitário Virtual e Físico: Criação de espaços para preservação e exposição de objetos, fotografias, documentos e outros materiais que contam a história dos bairros.
- Projeto de História Oral: Registro de depoimentos de moradores antigos sobre a vida nos bairros antes do desastre.
- Mapeamento Cultural: Identificação e documentação de manifestações culturais, saberes tradicionais, festas populares e outros elementos do patrimônio imaterial.
- Publicações: Produção de livros, revistas, documentários e outros materiais que registrem a história e cultura local.
- Eventos Culturais: Realização de festivais, exposições, saraus e outras atividades que celebrem a cultura local.

Impactos na Reparação de Danos Extrapatrimoniais

- Combate à perda de memória e identidade
- Preservação do patrimônio histórico-cultural
- Fortalecimento do sentimento de pertencimento
- Visibilidade para as comunidades afetadas
- Reconhecimento do valor cultural dos territórios perdidos

Exemplo de Implementação

Uma OSC formada por moradores dos bairros atingidos poderia criar um "Museu da Memória do Pinheiro", com exposições físicas e virtuais, contendo fotografias antigas, objetos doados por moradores, linha do tempo da história do bairro, depoimentos em vídeo e áudio, e um acervo digital acessível pela internet. A organização também poderia promover eventos periódicos como "Rodas de Memória", onde antigos moradores compartilhariam suas histórias com as novas gerações.

5.2. OSCs de Apoio Psicossocial e Saúde Mental

Descrição

Organizações focadas no suporte psicológico e emocional às pessoas atingidas pelo desastre, visando mitigar os impactos na saúde mental e promover bem-estar psicossocial.

Objetivos Específicos

- Oferecer suporte psicológico às pessoas afetadas
- Promover espaços de acolhimento e escuta
- Desenvolver estratégias coletivas de enfrentamento do trauma
- Fortalecer a resiliência individual e comunitária

Atividades Potenciais

- Atendimento Psicológico: Serviços de psicoterapia individual e em grupo para pessoas afetadas pelo desastre.
- Grupos de Apoio: Espaços de compartilhamento de experiências e apoio mútuo entre os afetados.
- Terapias Complementares: Atividades como arte-terapia, musicoterapia, yoga, meditação e outras práticas que contribuam para o bem-estar emocional.
- Capacitação em Primeiros Socorros Psicológicos: Formação de agentes comunitários para oferecer suporte inicial em situações de crise.
- Programas de Redução de Estresse: Atividades regulares voltadas para a redução de estresse, ansiedade e outros sintomas relacionados ao trauma.
- Campeonato de Futebol de Várzea entre Bairros: Organização de torneios comunitários de futebol amador com participação de moradores dos bairros afetados, promovendo o fortalecimento de vínculos, a valorização do território, o alívio do estresse e o resgate da autoestima coletiva.

Impactos na Reparação de Danos Extrapatrimoniais

- Mitigação do comprometimento da saúde mental



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**

- Redução do sentimento de perda permanente
- Desenvolvimento de resiliência
- Processamento do luto pela perda de referências
- Reconstrução de significados e projetos de vida
- O esporte contribui para a saúde mental, o sentimento de pertencimento e a construção de uma rede de apoio por meio da convivência comunitária.

Exemplo de Implementação

Uma OSC poderia estabelecer um "Centro de Bem-Estar Comunitário" em um local acessível às comunidades afetadas, oferecendo atendimento psicológico gratuito, grupos de apoio semanais para diferentes públicos (idosos, jovens, mulheres), oficinas de arte-terapia, e um programa de formação de "Guardiões da Saúde Mental" - moradores capacitados para identificar sinais de sofrimento psíquico e fazer os encaminhamentos necessários.

5.3. OSCs de Reconstrução de Vínculos Comunitários

Descrição

Organizações dedicadas a reconstruir o tecido social e fortalecer os laços comunitários rompidos pelo deslocamento forçado das comunidades.

Objetivos Específicos

- Reconstruir redes de solidariedade e apoio mútuo
- Criar novos espaços de convivência e socialização
- Fortalecer o sentimento de comunidade
- Promover a integração entre pessoas deslocadas para diferentes áreas

Atividades Potenciais

- Espaços Comunitários: Criação e gestão de centros comunitários, praças, hortas coletivas e outros espaços de convivência.

- Eventos de Integração: Realização de festas comunitárias, almoços coletivos, mutirões e outras atividades que promovam o encontro e a cooperação.
- Redes de Solidariedade: Organização de sistemas de troca de serviços, bancos de tempo, cooperativas de consumo e outras iniciativas de economia solidária.
- Projetos Intergeracionais: Atividades que conectem idosos e jovens, promovendo a transmissão de saberes e o fortalecimento de vínculos.
- Comunicação Comunitária: Criação de jornais, rádios, canais de vídeo e outras mídias que facilitem a comunicação entre os membros da comunidade dispersa.

Impactos na Reparação de Danos Extrapatrimoniais

- Reconstrução do tecido social rompido
- Superação da dificuldade em estabelecer novas relações
- Redução do sentimento de invisibilidade
- Fortalecimento do capital social das comunidades
- Criação de novas referências territoriais e afetivas

Exemplo de Implementação

Uma OSC poderia desenvolver o projeto "Reencontros", que organizaria eventos periódicos em diferentes locais onde os ex-moradores dos bairros afetados foram realocados. Estes eventos incluiriam atividades culturais, esportivas e de lazer, além de momentos para compartilhamento de informações sobre direitos e serviços disponíveis. A OSC também poderia criar uma plataforma digital para manter os moradores conectados entre os eventos, com um mapa interativo mostrando onde as famílias estão morando atualmente e facilitando o contato entre vizinhos que perderam o contato. Esta funcionalidade também poderá ser inserida no "Portal Rede Maceió".

5.4. OSCs de Desenvolvimento Socioeconômico

Descrição

Organizações focadas na recuperação econômica e na geração de renda para as pessoas afetadas pelo desastre, especialmente aquelas que perderam seus meios de subsistência.

Objetivos Específicos

- Promover a capacitação profissional em novas áreas
- Promover a inclusão digital
- Apoiar o empreendedorismo local
- Criar alternativas de geração de renda
- Facilitar a inserção no mercado de trabalho

Atividades Potenciais

- Capacitação Profissional: Cursos e oficinas para desenvolvimento de novas habilidades profissionais.
- Incubadora de Negócios Comunitários: Suporte técnico e financeiro para a criação e desenvolvimento de pequenos negócios.
- Cooperativas e Empreendimentos Solidários: Formação e apoio a cooperativas de produção, serviços e consumo.
- Economia Criativa: Projetos que valorizem os saberes locais e os transformem em produtos e serviços com valor agregado.
- Intermediação de Mão de Obra: Parcerias com empresas e órgãos públicos para facilitar a contratação de pessoas das comunidades atingidas.

Impactos na Reparação de Danos Extrapatrimoniais

- Recuperação da capacidade produtiva
- Redução da dependência de auxílios emergenciais
- Reconstrução da autonomia econômica
- Valorização dos saberes e habilidades locais
- Restauração da dignidade através do trabalho

Exemplo de Implementação



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

Uma OSC poderia criar um "Centro de Oportunidades Econômicas" que ofereceria cursos de qualificação profissional em áreas com demanda no mercado local, consultoria para elaboração de planos de negócios, microcrédito para empreendedores, e um espaço de coworking para profissionais autônomos. A organização também poderia desenvolver uma marca coletiva para produtos artesanais feitos por moradores dos territórios afetados, com uma narrativa que valorize a história e a resiliência da comunidade.

5.5. OSCs de Defesa de Direitos e Advocacy

Descrição

Organizações dedicadas a garantir que os direitos das comunidades atingidas sejam respeitados e que suas vozes sejam ouvidas nos processos de tomada de decisão relacionados à reparação.

Objetivos Específicos

- Monitorar os processos de reparação
- Oferecer assessoria jurídica às comunidades
- Produzir informações e análises sobre os impactos do desastre
- Incidir em políticas públicas relacionadas à reparação

Atividades Potenciais

- Observatório da Reparação: Monitoramento sistemático das ações de reparação, com produção de relatórios e indicadores, que poderá ser hospedado no "Portal Rede Maceió".
- Assessoria Jurídica Popular: Orientação jurídica gratuita para pessoas afetadas pelo desastre.
- Pesquisa Participativa: Estudos e pesquisas sobre os impactos do desastre, com participação ativa das comunidades.
- Campanhas de Sensibilização: Ações de comunicação para dar visibilidade às demandas das comunidades atingidas.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**

- Articulação Política: Participação em conselhos, fóruns e outros espaços de decisão sobre políticas públicas.

Impactos na Reparação de Danos Extrapatrimoniais

- Garantia de participação das comunidades nas decisões
- Transparência nos processos de reparação
- Redução do sentimento de invisibilidade ou abandono
- Empoderamento das comunidades afetadas
- Reconhecimento público dos danos sofridos

Exemplo de Implementação

Uma OSC poderia estabelecer o "Observatório Cidadão da Reparação", que acompanharia de forma sistemática todas as ações do Programa Nosso Chão Nossa História e de outras iniciativas de reparação, produzindo boletins mensais com informações acessíveis sobre o andamento dos processos. A organização também poderia oferecer plantões jurídicos itinerantes nos locais onde as famílias foram realocadas, e promover audiências públicas periódicas para que as comunidades possam expressar suas demandas diretamente aos responsáveis pelas ações de reparação.

5.6. Processo de Implementação das Opções de Reparação via OSCs

A implementação efetiva das opções de reparação via OSCs requer um processo estruturado que considere as especificidades do contexto local e as necessidades das comunidades afetadas. A seguir, apresentamos um roteiro para esta implementação:

1. Mapeamento e Diagnóstico Participativo

- Identificação de iniciativas existentes: Levantamento de coletivos, grupos informais e lideranças já atuantes nas comunidades afetadas.
- Diagnóstico participativo: Realização de oficinas, rodas de conversa e outras metodologias participativas para identificar as principais necessidades e potencialidades.

- Mapeamento de recursos: Identificação de recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis nas comunidades e que podem ser mobilizados para as ações de reparação.

2. Sensibilização e Mobilização Comunitária

Segundo o Programa Nosso Chão, Nossa História, "o objetivo é implementar projetos para reparar danos morais coletivos e impulsionar o desenvolvimento da população atingida pela atividade de mineração em Maceió - AL, em parceria com o Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais (CGDE) e o Ministério Público Federal em Alagoas (MPF/AL)". O CGDE atua na definição dos temas dos editais do Programa e na supervisão de sua execução, enquanto o UNOPS é responsável pela operacionalização das ações previstas no acordo judicial.

- Reuniões informativas: Manter, em conjunto com o CGDE, a população informada sobre o andamento do Programa Nosso Chão Nossa História e das possibilidades de formalização de coletivos e de institucionalização das OSCs.
- Visitas a experiências exitosas: Organização de intercâmbios para conhecer OSCs que atuam em contextos semelhantes.
- Formação inicial: Oficinas sobre associativismo, cooperativismo e outros modelos de organização da sociedade civil.

3. Processo de Formalização

- Assessoria jurídica: Apoio especializado para a elaboração de estatutos, atas de fundação e outros documentos necessários.
- Apoio logístico: Suporte para a realização de assembleias de fundação, registro em cartório e obtenção de CNPJ.
- Capacitação em gestão: Formação em gestão administrativa, financeira e contábil para os dirigentes das novas OSCs.

4. Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

- Oficinas de elaboração de projetos: Capacitação para a elaboração de projetos alinhados às linhas de apoio do Projeto Nosso Chão Nossa História.

- Mentoria individualizada: Acompanhamento personalizado para cada OSC na elaboração de seus projetos.
- Apoio na submissão de propostas: Suporte técnico para a participação nos editais e chamadas públicas.

5. Implementação e Monitoramento

- Apoio técnico continuado: Assessoria especializada durante a implementação dos projetos.
- Sistema de monitoramento participativo: Definição coletiva de indicadores e mecanismos de acompanhamento dos resultados.
- Encontros de troca de experiências: Espaços regulares para compartilhamento de aprendizados entre as diferentes OSCs.
- Manutenção de um repositório de projetos e ações das OSCs no “Portal Rede Maceió”.

6. Avaliação e Sistematização

- Avaliação participativa: Processos que envolvam todos os atores na avaliação dos resultados e impactos, sob a liderança do CGDE.
- Sistematização de experiências: Registro e análise crítica das experiências desenvolvidas, identificando aprendizados e boas práticas.
- Comunicação de resultados: Estratégias para dar visibilidade aos resultados alcançados, valorizando o protagonismo das comunidades.
- Manutenção de um repositório de “boas práticas” no “Portal Rede Maceió”.

5.7. Desafios e Estratégias para Superação

A implementação das opções de reparação via OSCs enfrenta diversos desafios, para os quais é necessário desenvolver estratégias específicas:

1. Desafios Burocráticos e Legais

Desafios:

- Complexidade do processo de formalização

- Custos com taxas, emolumentos e serviços profissionais
- Exigências documentais e procedimentais

Estratégias:

- Criação de um "Balcão Único" para simplificar o processo de formalização
- Fundo específico para cobrir custos de formalização
- Parcerias com universidades e escritórios de advocacia para assessoria jurídica *pro bono*
- Elaboração de guias e manuais em linguagem acessível

2. Desafios de Capacidade Técnica e Gestão

Desafios:

- Limitada experiência em gestão organizacional
- Dificuldades na elaboração de projetos e prestação de contas
- Necessidade de profissionalização da gestão

Estratégias:

- Programa continuado de formação em gestão de OSCs
- Sistema de mentoria com organizações mais experientes
- Criação de um "hub" de serviços compartilhados para apoio administrativo e contábil
- Desenvolvimento de ferramentas simplificadas de gestão

3. Desafios de Sustentabilidade Financeira

Desafios:

- Dependência excessiva dos recursos do Programa Nosso Chão Nossa História
- Dificuldade em diversificar fontes de financiamento
- Custos operacionais contínuos

Estratégias:

- Planejamento de sustentabilidade desde o início dos projetos
- Capacitação em captação de recursos e geração de receita própria
- Criação de fundos patrimoniais para garantir recursos de longo prazo
- Desenvolvimento de modelos de negócios sociais que gerem receita

4. Desafios de Representatividade e Legitimidade

Desafios:

- Garantir que as OSCs realmente representem os interesses da comunidade
- Evitar a captura por interesses particulares e políticos
- Manter a conexão com as bases sociais

Estratégias:

- Mecanismos de governança participativa e transparente
- Processos decisórios que incluam a comunidade mais ampla
- Sistemas de prestação de contas não apenas financeira, mas também social
- Avaliações periódicas da percepção da comunidade sobre a atuação da OSC

5. Desafios de Articulação e Integração

Desafios:

- Fragmentação das iniciativas
- Duplicação de esforços
- Dificuldade de coordenação entre diferentes OSCs

Estratégias:

- Adoção do “Portal Rede Maceió” como a rede ou fórum das OSCs envolvidas no Programa Nosso Chão Nossa História
- Desenvolvimento de projetos integrados que envolvam múltiplas organizações

- Adoção do "Portal Rede Maceió" como a plataforma digital para compartilhamento de informações, projetos, melhores práticas e recursos
- Encontros periódicos para planejamento conjunto e avaliação coletiva

5.8. Recomendações para o Programa Nosso Chão Nossa História

Para potencializar o impacto das OSCs na reparação de danos extrapatrimoniais, Programa Nosso Chão Nossa História instituiu os projetos "Assistência técnica para formalização de Organizações da Sociedade Civil e (2) Desenvolvimento institucional de Organizações da Sociedade Civil (3), em execução pela RBCIP, cujo escopo compreende:

1. Simplificação e Apoio à Formalização

- Cria um roteiro prático e específico de apoio à formalização de OSCs, com assessoria jurídica, administrativa e financeira.
- Estabelece parcerias com cartórios, Receita Federal e outros órgãos para agilizar e simplificar os processos de registro.
- Disponibiliza modelos de documentos e guias práticos sobre o processo de formalização.
- Oferece suporte financeiro para cobrir os custos de formalização (taxas, emolumentos, etc.) e ministra mentorias individuais.

2. Fortalecimento de Capacidades

- Implementa um programa continuado de capacitação em gestão, elaboração de projetos, captação de recursos e prestação de contas.
- Oferece assessoria técnica especializada para cada área de atuação das OSCs (memória e identidade, apoio psicossocial, etc.).
- Promove intercâmbios com OSCs de outras regiões que trabalham com temas semelhantes.
- Desenvolve um sistema de mentoria, conectando OSCs iniciantes com organizações mais experientes, atuantes no "Portal Rede Maceió".

3. Financiamento Flexível e de Longo Prazo

- Elabora uma relação virtual de entidades, capazes de criar linhas de financiamento específicas para cada tipo de OSC, com editais adaptados às suas características e necessidades.
- Oferece apoio institucional de longo prazo, não apenas financiamento para projetos pontuais.
- Estabelece mecanismos de financiamento progressivo, que aumentem conforme a OSC demonstre capacidade de gestão e resultados.
- Apoia a criação de fundos patrimoniais que garantam a sustentabilidade das OSCs após o término do Programa Nosso Chão Nossa História.

4. Articulação e Trabalho em Rede

- Fomenta a criação de uma rede ou fórum das OSCs envolvidas no projeto, com encontros regulares e canais permanentes de comunicação, tal como o "Portal Rede Maceió".
- Apoia projetos colaborativos que envolvam múltiplas OSCs, incentivando a complementaridade de ações.
- Cria espaços de diálogo entre as OSCs e outros atores relevantes (poder público, empresas, universidades, etc.).
- Desenvolve uma plataforma digital para compartilhamento de informações, recursos e boas práticas (Portal Rede Maceió).

5. Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem no "Portal Rede Maceió", permite:

- Implementar um sistema de monitoramento e avaliação participativo, que valorize não apenas resultados quantitativos, mas também qualitativos.
- Realizar avaliações periódicas do impacto das OSCs na reparação dos danos extrapatrimoniais, com participação ativa das comunidades.
- Promover encontros presenciais ou virtuais regulares para reflexão coletiva sobre os aprendizados e desafios.

- Sistematizar e disseminar as experiências desenvolvidas, contribuindo para o conhecimento sobre reparação de danos extrapatrimoniais em outros contextos.

5.9. Conclusão

A formalização e o desenvolvimento institucional de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) constituem uma estratégia consistente e promissora para a reparação dos danos extrapatrimoniais enfrentados pelas comunidades atingidas pela mineração em Maceió. As diferentes opções apresentadas ao longo deste manual – OSCs voltadas à memória e identidade cultural, ao apoio psicossocial e à saúde mental, à reconstrução de vínculos comunitários, ao desenvolvimento socioeconômico e à defesa de direitos – podem ser desenvolvidas de forma integrada, fortalecendo um ecossistema de organizações enraizadas nos territórios e aptas a responder às múltiplas dimensões dos danos vivenciados.

O êxito dessa estratégia depende diretamente de um processo de implementação sensível às realidades locais, que reconheça os desafios enfrentados pelas populações atingidas e adote medidas concretas para enfrentá-los. Com o apoio técnico, institucional e metodológico do Programa Nosso Chão Nossa História, essas organizações podem assumir papel de destaque na condução de ações reparatórias, contribuindo para a reconstrução de laços sociais, para a valorização da memória coletiva e para a promoção de formas sustentáveis de cuidado, trabalho e mobilização comunitária.

Ao investir na formação jurídica e no fortalecimento da atuação de OSCs comunitárias, o Programa não apenas amplia o alcance das medidas de reparação, como também fomenta o protagonismo das próprias comunidades no enfrentamento das consequências da mineração. Trata-se de um caminho que vai além da compensação material: é a aposta em uma reparação viva, contínua e transformadora, que fortalece o tecido social, resgata dignidades feridas e semeia condições para uma reconstrução coletiva mais justa, inclusiva e duradoura.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

6. Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Morais e Psicológicos

Desastres ambientais impõem um fardo psicológico imenso sobre os indivíduos e as comunidades afetadas. O trauma do evento em si, somado às perdas materiais e humanas, à incerteza sobre o futuro, ao deslocamento e à desestruturação da vida cotidiana, frequentemente resulta em quadros de sofrimento psíquico agudo e crônico, como ansiedade, depressão, luto complicado e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).⁴ A reparação desses danos morais e psicológicos exige, portanto, a implementação de serviços de saúde mental e apoio psicossocial (SMAPS) que sejam acessíveis, culturalmente apropriados e, muitas vezes, de longo prazo. A seguir, detalham-se três tipos de projetos exemplares.

6.1. Projeto Centros/Hubs Comunitários de Saúde Mental e Apoio Psicossocial (SMAPS)

Escopo e Objetivos:

Este modelo propõe o estabelecimento de espaços físicos acessíveis (fixos ou móveis) dentro ou próximos às comunidades atingidas, dedicados a oferecer uma gama integrada de serviços de SMAPS.

Os objetivos principais incluem:

- fornecer Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP¹⁵) imediatamente após qualquer evento ou em momentos de crise; oferecer atendimento psicológico e psicoterapêutico individual e em grupo, mesmo após o ocorrido;

¹⁵ interagencystandingcommittee.org, acessado em abril 22, 2025, https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2019-03/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf

- facilitar grupos de apoio mútuo para pessoas com experiências similares (luto, perda de moradia, etc.); realizar atividades de psicoeducação sobre estresse, trauma e estratégias de enfrentamento (*coping*);
- atuar como ponto de triagem e encaminhamento para serviços de saúde mental mais especializados (nível 4 da pirâmide do IASC¹⁶);
- promover a integração da saúde mental nos cuidados de atenção primária à saúde (nível 3 da pirâmide do IASC).

A abordagem deve ser particularmente atenta às necessidades de grupos vulneráveis, como crianças, idosos, mulheres e pessoas com deficiência. A experiência de fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) em Brumadinho e nos municípios da Bacia do Paraopeba, bem como o foco específico em saúde mental comunitária no programa de Maceió, inspiram este modelo.

Recursos:

Financeiros: Requerem investimento inicial para adequação ou construção do espaço físico, aquisição de mobiliário e materiais, e custos operacionais contínuos (aluguel, contas, transporte para unidades móveis). A maior parcela do orçamento geralmente se destina aos salários de uma equipe multidisciplinar. Os valores podem ser significativos, como sugerido pelos R\$ 40 milhões destinados a Brumadinho e R\$ 19,7 milhões para os outros 25 municípios da bacia para ações de fomento à saúde, incluindo saúde mental. Humanos: A equipe ideal inclui psicólogos clínicos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, conselheiros e pessoal administrativo. A consulta e supervisão por psiquiatras pode ser necessária. Agentes comunitários de saúde e voluntários treinados podem ampliar o alcance. A contratação de mais de 200 profissionais em Brumadinho ilustra a demanda por recursos humanos. É crucial garantir treinamento contínuo e supervisão clínica para a equipe.

Impactos:

Sociais: Espera-se a redução do estigma associado à busca por ajuda em saúde mental; melhoria do bem-estar psicológico individual e coletivo; fortalecimento das estratégias de enfrentamento da comunidade; criação e fortalecimento de redes de

¹⁶ [interagencystandingcommittee.org](https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2019-03/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf), acessado em abril 22, 2025,
https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2019-03/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf

apoio social; potencial redução de problemas associados ao estresse crônico, como violência doméstica ou abuso de substâncias.

Econômicos: A longo prazo, pode haver uma melhoria na capacidade produtiva dos indivíduos (retorno ao trabalho, participação em atividades de geração de renda) e uma redução dos custos para o sistema de saúde associados a transtornos mentais não tratados ou crônicos.

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade depende da disponibilidade de financiamento estável, seja através de fundos de reparação, seja pela integração ao orçamento público de saúde. A aceitação e participação da comunidade são fundamentais, exigindo divulgação e sensibilização. A disponibilidade de profissionais qualificados na região pode ser um desafio. A sustentabilidade a longo prazo é favorecida pela integração dos serviços à rede do Sistema Único de Saúde (SUS), como defendido por organizações como o MAB e a Fiocruz¹⁷, garantindo continuidade após o esgotamento dos fundos de reparação. Parcerias com universidades e outras instituições locais (hospitais universitários, por exemplo) também podem fortalecer a sustentabilidade.

6.2. Projeto: Capacitação em Cuidados Informados pelo Trauma e Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP) para Líderes Comunitários e Trabalhadores da Linha de Frente

Escopo e Objetivos:

Este projeto foca em capacitar atores-chave que já atuam na comunidade – como profissionais da atenção primária à saúde, professores, assistentes sociais, líderes comunitários (formais e informais), líderes religiosos e voluntários – nos princípios dos

¹⁷ Fortalecendo a Luta pela Saúde: MAB e Fiocruz promovem oficinas ..., acessado em abril 22, 2025, <https://mab.org.br/2025/03/26/mab-e-fiocruz-promovem-oficinas-junto-aos-coletivos-em-todo-o-pais/>

Cuidados Informados pelo Trauma (TIC - *Trauma-Informed Care*) e nas técnicas de Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP)¹⁸.

Os objetivos são:

- ampliar a capacidade da própria comunidade de identificar sinais de sofrimento psíquico e oferecer um suporte inicial humano, seguro e respeitoso;
- fornecer apoio imediato e prático a pessoas em crise (PCP como intervenção de nível 3); reduzir o risco de causar mais danos (retraumatização) por abordagens inadequadas;
- promover uma compreensão mais ampla sobre os impactos do trauma no comportamento e na saúde; e qualificar esses atores para realizar encaminhamentos adequados para serviços especializados quando necessário.

Esta abordagem está alinhada às diretrizes internacionais e responde à necessidade de ampliar o alcance do apoio psicossocial identificada em contextos como Brumadinho e nas discussões promovidas pelo MAB/Fiocruz¹⁹.

Recursos:

Financeiros: Os custos são relativamente menores em comparação com a criação de centros de saúde. Incluem o desenvolvimento ou adaptação de materiais de treinamento (manuais, vídeos), contratação de formadores experientes em SMAPS e trauma, custos logísticos para as sessões de formação (espaço, alimentação, transporte, materiais) e, eventualmente, pequenos incentivos ou cobertura de custos para os participantes.

Humanos: Requer formadores qualificados em saúde mental, trauma e metodologias de educação de adultos; pessoal de coordenação logística; e, crucialmente, a disponibilidade e o engajamento dos trabalhadores da linha de frente e líderes comunitários para participar da formação.

¹⁸ interagencystandingcommittee.org, acessado em abril 22, 2025, https://interagencystandingcommittee.org/sites/default/files/migrated/2019-03/iasc_mhpss_guidelines_portuguese.pdf

¹⁹ Fortalecendo a Luta pela Saúde: MAB e Fiocruz promovem oficinas ..., acessado em abril 22, 2025, <https://mab.org.br/2025/03/26/mab-e-fiocruz-promovem-oficinas-junto-aos-coletivos-em-todo-o-pais/>

Impactos:

Sociais: Permite um alcance muito mais amplo do apoio psicossocial básico na comunidade; fortalece a resiliência comunitária ao capacitar seus próprios membros; melhora a sensibilidade e a adequação dos serviços públicos existentes (saúde, educação, assistência social); empodera atores locais; agiliza a identificação e o encaminhamento de casos que necessitam de atenção especializada.

Econômicos: Pode otimizar o uso de recursos ao lidar com necessidades de apoio de menor complexidade no nível comunitário, potencialmente reduzindo a pressão sobre os serviços especializados; ao tornar outros programas comunitários mais sensíveis ao trauma, pode aumentar sua eficácia geral.

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade é geralmente alta devido aos custos mais baixos e ao aproveitamento de estruturas e pessoal já existentes. A sustentabilidade depende da incorporação dessa formação nos programas regulares de desenvolvimento profissional dos setores de saúde, educação e assistência social; da criação de redes de apoio e supervisão entre os capacitados (supervisão entre pares); e da oferta periódica de cursos de atualização. O apoio das instituições locais (prefeituras, secretarias) é essencial para garantir a participação dos seus funcionários e a continuidade da iniciativa.

6.3. Projeto: Terapias Expressivas e Rituais Coletivos de Cura

Escopo e Objetivos:

Este tipo de projeto utiliza abordagens baseadas nas artes (artes visuais, música, teatro, dança, escrita criativa, contação de histórias) e em rituais coletivos (tradicional ou criados pela comunidade) como ferramentas terapêuticas para facilitar a expressão emocional, o processamento do luto e do trauma, e o fortalecimento dos laços sociais.

Os objetivos são:

- oferecer canais não-verbais e culturalmente ressonantes para a expressão de emoções complexas e dolorosas;

- promover processos coletivos de luto, homenagem às vítimas e memorialização;
- estimular a criatividade e a imaginação como recursos de enfrentamento e resiliência; reconstruir conexões sociais e o senso de comunidade através de atividades compartilhadas e significativas;
- validar e integrar formas culturais e tradicionais de lidar com o sofrimento e promover a cura. Esta abordagem se inspira em práticas de reparação cultural e nas diretrizes de SMAPS que recomendam o apoio a práticas culturais e comunitárias de recuperação.

Recursos:

Financeiros: Necessita de fundos para aquisição de materiais artísticos (tintas, argila, instrumentos musicais, tecidos), aluguel de espaços adequados para as atividades, remuneração de arteterapeutas ou facilitadores qualificados com competência cultural, e custos de documentação e eventual exposição dos trabalhos (fotos, vídeos, publicações). O custo é moderado, variando com a escala e a sofisticação das atividades.

Humanos: Requer arteterapeutas registrados ou facilitadores com formação específica em artes expressivas e experiência no trabalho com trauma e em contextos comunitários. A colaboração com artistas locais, mestres de cultura popular e lideranças espirituais ou comunitárias é fundamental para garantir a adequação cultural. Coordenadores de projeto e voluntários para apoio logístico também são necessários.

Impactos:

Sociais: Facilitação da expressão e regulação emocional; redução de sentimentos de isolamento e desamparo; fortalecimento da identidade individual e coletiva através da expressão cultural compartilhada; criação de narrativas coletivas sobre a experiência do desastre e a resiliência; promoção da conexão intergeracional; revitalização de práticas culturais.

Econômicos: Pode ter impactos indiretos, como o desenvolvimento de habilidades artesanais que podem gerar renda, ou a criação de produtos culturais (exposições, apresentações) que podem atrair visitantes ou gerar receita para a comunidade.

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade depende da disponibilidade de facilitadores qualificados e culturalmente sensíveis, e do interesse e engajamento da comunidade. A sustentabilidade pode ser alcançada através da integração dessas atividades em centros comunitários, escolas ou programas culturais existentes; da formação de grupos autônomos que continuem as práticas; e do potencial de algumas atividades (como artesanato ou apresentações) gerarem recursos para sua continuidade.

6.4. Síntese dos projetos

A eficácia da reparação psicológica e moral muitas vezes reside na combinação dessas diferentes abordagens. Enquanto algumas pessoas podem precisar de apoio clínico individualizado (oferecido pelos Hubs), outras podem se beneficiar mais de aprender ferramentas de autocuidado e apoio mútuo (Capacitação), ou de expressar suas vivências através de canais culturais e coletivos (Artes Expressivas e Rituais). O trauma individual e o abalo moral coletivo são duas faces da mesma moeda em desastres. Portanto, uma estratégia de reparação robusta deve considerar intervenções que atuem em ambos os níveis, integrando o cuidado individual com ações que fortaleçam o tecido social e a identidade coletiva, como sugerido pela combinação dos projetos exemplificados e pelas diretrizes do IASC.

O Quadro 1 resume e compara as três abordagens de projetos discutidas:

Quadro 1: Comparação de Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Morais e Psicológicos

Característica	Projeto 6.1: Hubs Comunitários de SMAPS	Projeto 6.2: Capacitação em TIC/PCP	Projeto 6.3: Terapias Expressivas e Rituais Coletivos
Escopo/Objetivos	Serviços clínicos e psicosociais integrados; acesso a cuidados; encaminhamento.	Ampliar capacidade comunitária de apoio inicial; TIC; PCP; encaminhamento.	Expressão emocional via artes/rituais; luto coletivo; coesão; resiliência.



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



Recursos Financeiros	Altos (instalação, equipe multidisciplinar, operação contínua).	Baixos a Moderados (treinadores, materiais, logística de formação).	Moderados (facilitadores, materiais artísticos, espaços).
Recursos Humanos	Psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras (consult.), agentes com., admin.	Formadores experientes; trabalhadores linha de frente; líderes comunitários.	Arteterapeutas/facilitadores qualificados; artistas locais; líderes culturais.
Impacto Social Primário	Melhoria bem-estar individual/coletivo; redução estigma; acesso a cuidado.	Amplo alcance de apoio básico; resiliência comunitária; serviços + sensíveis.	Expressão emocional; coesão social; identidade cultural; narrativas coletivas.
Impacto Econômico	Melhora capacidade produtiva; reduz custos saúde (longo prazo).	Otimiza uso de recursos; melhora eficácia de outros programas.	Indireto (habilidades artesanais, turismo cultural).
Fatores de Sustentabilidade	Financiamento estável (reparação/SUS); aceitação comunitária; profission.	Integração formação regular; redes de apoio/supervisão; apoio institucional.	Facilitadores; interesse comunitário; integração cultural; auto-gestão.



7. Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Culturais e Perda de Identidade/Pertencimento

Desastres ambientais representam uma ameaça existencial não apenas à vida e aos bens materiais, mas também à própria identidade cultural das comunidades atingidas. A destruição de locais sagrados ou históricos, a interrupção de práticas tradicionais ligadas ao território (como agricultura, pesca, extrativismo), o deslocamento forçado de populações de suas terras ancestrais e a consequente ruptura na transmissão intergeracional de conhecimentos e valores podem levar a uma profunda desorientação cultural e a uma crise de identidade e pertencimento. Projetos de reparação nesta esfera devem, portanto, focar na salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial), na revitalização de práticas ameaçadas e no fortalecimento dos laços identitários da comunidade com sua história e seu território (mesmo que este tenha sido alterado ou perdido).

7.1. Projeto: Mapeamento Cultural Participativo e Iniciativas de Salvaguarda do Patrimônio

Escopo e Objetivos:

Este projeto envolve um processo colaborativo intenso com a comunidade para identificar, documentar, registrar e mapear seus bens culturais mais significativos, tanto materiais (sítios históricos, edificações vernaculares, locais sagrados, paisagens culturais) quanto imateriais (práticas rituais, festivais, conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade, técnicas artesanais, histórias orais, locais de memória, mestres detentores de saberes).

Os objetivos são:

- criar um inventário validado pela comunidade que sirva como base para ações de proteção e valorização;
- aumentar a conscientização interna e externa sobre a riqueza cultural local;



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

- subsidiar o desenvolvimento de planos comunitários de salvaguarda do patrimônio ameaçado;
- informar processos de planejamento territorial, reconstrução ou reassentamento, garantindo que as dimensões culturais sejam consideradas (como foi relevante na discussão sobre o "Novo Bento"²⁰);
- empoderar a comunidade como protagonista na gestão de sua própria herança cultural. A abordagem inspira-se nos eixos de educação patrimonial e registro de memória do plano UNESCO/Renova²¹ e na atuação de instituições como o Instituto Inhotim em Brumadinho, que trabalha a relação entre arte, cultura e território²².

Recursos:

Financeiros: Custos associados à realização de oficinas comunitárias, aquisição de ferramentas de mapeamento (GPS, câmeras fotográficas, gravadores de áudio/vídeo), software de georreferenciamento (SIG/GIS) se aplicável, armazenamento seguro de dados (físico e digital), eventual contratação de consultoria especializada (antropólogos, historiadores, arquitetos, geógrafos) para apoio técnico, e custos de publicação e divulgação dos resultados (mapas impressos, plataformas online, exposições). O custo total é geralmente moderado.

Humanos: A chave é a participação ativa da comunidade, incluindo jovens, adultos e, especialmente, os mais velhos (detentores da memória). Facilitadores com experiência em metodologias participativas e conhecimento cultural são essenciais. Especialistas em SIG podem ser necessários para a parte técnica do mapeamento digital. Gestores de dados garantem a organização e preservação das informações coletadas.

Impactos:

²⁰ Bento Rodrigues e a memória que a lama não ... – SciELO Brasil, acessado em abril 22, 2025, <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gDHGy3dDQz7qfFfLxgzbNSP/>

²¹ Tradições que inspiram – Plano de Reparação das Referências ..., acessado em abril 22, 2025, <https://www.unesco.org/pt/articles/tradicoes-que-inspiram-plano-de-reparacao-das-referencias-culturais-da-bacia-do-rio-doce>

²² institutoculturalvale.org, acessado em abril 22, 2025, https://institutoculturalvale.org/wp-content/uploads/2024/09/Inst_Cultural-Vale_Relatorio-Atividades2023.pdf

Sociais: Fortalecimento significativo da identidade cultural e do orgulho comunitário; maior reconhecimento e valorização do patrimônio local; estímulo ao diálogo intergeracional através da partilha de conhecimentos; criação de ferramentas concretas (mapas, inventários) para uso em processos de negociação, planejamento e defesa de direitos; preservação de conhecimentos e práticas que poderiam se perder.

Econômicos: Potencial para identificar e desenvolver roteiros de turismo cultural de base comunitária; subsidiar o planejamento de um desenvolvimento local mais sustentável e culturalmente apropriado; agregar valor a produtos locais associados à identidade cultural mapeada

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade é alta se o processo for genuinamente conduzido pela comunidade e responder aos seus interesses. A sustentabilidade depende do sentimento de apropriação dos resultados pela comunidade; da integração dos mapas e inventários nas ferramentas de gestão local (plano diretor, políticas culturais, currículos escolares); da criação de mecanismos para atualização periódica das informações; e do desenvolvimento de capacidades locais para a gestão contínua do patrimônio cultural identificado.

7.2. Projeto: Centros de Documentação da Memória e História Oral (Físicos/Virtuais)

Escopo e Objetivos:

Consiste na criação e manutenção de espaços (físicos, como um pequeno museu comunitário ou sala de memória, ou virtuais, como um website ou plataforma digital) dedicados a coletar, organizar, preservar e difundir as histórias orais, memórias, fotografias, documentos pessoais e narrativas dos membros da comunidade afetada, com ênfase nas experiências relacionadas ao desastre, mas também resgatando a vida e a história pré-desastre.

Os objetivos são:

- documentar a perspectiva dos atingidos sobre o evento e seus impactos; preservar o patrimônio imaterial contido nas memórias e nos conhecimentos tradicionais, especialmente dos mais velhos;

- criar acervos acessíveis para fins educativos, de pesquisa e de fortalecimento da identidade;
- oferecer um espaço simbólico para a lembrança, a homenagem e a conexão intergeracional;
- combater ativamente o risco de esquecimento ou de narrativas oficiais que silenciem a voz dos atingidos.

Exemplos incluem o projeto do Museu da Pessoa em Maceió, focado em memória e território²³, e o Museu de Território Virtual “Caminhos de Memória” desenvolvido no âmbito da parceria UNESCO/Renova²⁴.

Recursos:

Financeiros: Custos para aquisição de equipamentos de gravação de áudio e vídeo de boa qualidade, scanners para digitalização de fotos e documentos, software de transcrição e edição, sistemas de armazenamento seguro (servidores, HDs externos, nuvem), desenvolvimento e manutenção de website/plataforma digital (se aplicável), eventual adequação de espaço físico, contratação de pessoal (arquivista, coordenador, técnico de TI) e materiais para exposições ou publicações. O custo é variável, sendo potencialmente mais baixo para iniciativas puramente digitais, mas com desafios de manutenção a longo prazo.

Humanos: Entrevistadores treinados em metodologia de história oral e com sensibilidade para lidar com temas difíceis; arquivistas ou bibliotecários para organizar e catalogar o material; especialistas em TI para as plataformas digitais; designers para materiais de divulgação; e, fundamentalmente, a colaboração da comunidade, especialmente dos mais velhos, como fontes primárias das narrativas.

Impactos:

Sociais: Validação das experiências e memórias individuais e coletivas; preservação de conhecimentos e histórias que de outra forma se perderiam; criação de recursos

²³ Primeiros projetos de reparação do programa 'Nosso Chão, Nossa ...', acessado em abril 22, 2025, <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/12/17/148854-primeiros-projetos-de-reparacao-do-programa-nosso-chao-nossa-historia-sao-assinados>

²⁴ Tradições que inspiram - Plano de Reparação das Referências ..., acessado em abril 22, 2025, <https://www.unesco.org/pt/articles/tradicoes-que-inspiram-plano-de-reparacao-das-referencias-culturais-da-bacia-do-rio-doce>

valiosos para a educação formal e não-formal; fortalecimento do senso de continuidade histórica e da identidade comunitária; facilitação do diálogo e da compreensão mútua dentro da comunidade; contribuição para processos de justiça e reparação simbólica.

Econômicos: Pode gerar alguns empregos locais em gestão cultural e arquivística; os acervos podem atrair pesquisadores e, eventualmente, visitantes interessados na história local; o material pode subsidiar produções culturais (documentários, livros) com potencial econômico.

Viabilidade e Sustentabilidade:

Depende crucialmente da construção de uma relação de confiança com a comunidade para que as pessoas se sintam seguras em compartilhar suas histórias; da adoção de protocolos éticos rigorosos para coleta, uso e acesso aos dados (consentimento informado e autorização de uso de imagem); de financiamento seguro para a preservação de longo prazo dos acervos (o armazenamento digital exige manutenção e atualização constantes para evitar obsolescência); de estratégias para manter o centro/plataforma vivo e relevante para as novas gerações; e de parcerias com instituições de pesquisa, arquivos públicos ou museus maiores para apoio técnico e de preservação.

7.3. Projeto: Programas de Apoio a Festivais Tradicional, Artesanato e Sistemas de Conhecimento

Escopo e Objetivos:

Este tipo de projeto oferece suporte direto (financeiro, logístico, técnico, de capacitação) para a manutenção, revitalização e transmissão de expressões culturais tradicionais da comunidade que foram atingidas, direta ou indiretamente, pelo desastre. Isso pode incluir festas religiosas ou populares, rituais, práticas artesanais, culinária tradicional, música, dança e sistemas de conhecimento ecológico local (ligados à agricultura, pesca, uso de plantas medicinais, etc.).

Os objetivos são:

- garantir a continuidade de manifestações culturais que são centrais para a identidade e a coesão social da comunidade;
- apoiar financeiramente e valorizar os mestres artesãos e detentores de saberes tradicionais;
- criar e manter espaços e ocasiões para a celebração coletiva e o fortalecimento dos vínculos;
- instituir uma feira de artesanato das comunidades atingidas, com artesanato e comidas típicas voltadas ao turismo regional.
- promover ativamente a transmissão desses saberes e práticas para as gerações mais jovens através de oficinas, programas de aprendizes, etc.;
- fortalecer a identidade cultural e a capacidade de resiliência da comunidade. Exemplos concretos são o apoio logístico e curatorial da UNESCO/Renova para festas e oficinas culturais na Bacia do Rio Doce¹⁶ e o suporte do Instituto Cultural Vale a diversas festividades (Círio de Nazaré, Festa da Penha) e expressões (Tambor de Crioula, bumba-meу-boi)¹⁴.

Recursos:

Financeiros: Podem incluir subvenções ou editais para financiar a organização de festivais (infraestrutura, contratações, divulgação), compra de matérias-primas para artesãos, bolsas ou remuneração para mestres que ensinam suas técnicas, fundos para realização de oficinas e programas de aprendizagem, apoio para comercialização de produtos artesanais (criação de marcas, participação em feiras). O custo é altamente variável, dependendo da escala e do número de iniciativas apoiadas.

Humanos: Coordenadores de projeto com experiência em produção cultural e gestão comunitária; produtores culturais locais; os próprios mestres artesãos, músicos, dançarinos, cozinheiros e detentores de saberes como protagonistas; organizadores comunitários; voluntários para apoio em eventos.

Impactos:

Sociais: Fortalecimento expressivo da coesão social através da organização e participação em eventos coletivos; preservação e dinamização de práticas culturais significativas; empoderamento e reconhecimento social dos líderes culturais e

mestres de saberes; efetiva transmissão de conhecimentos e habilidades entre gerações; reforço da identidade cultural e do sentimento de pertencimento.

Econômicos: Geração direta de renda para artistas, artesãos, organizadores de eventos e outros profissionais da cultura local; potencial significativo para o desenvolvimento do turismo cultural sustentável; preservação de atividades econômicas tradicionais (artesanato, culinária) que podem ser fontes importantes de sustento.

Viabilidade e Sustentabilidade:

Depende fundamentalmente da participação ativa e do protagonismo da comunidade na definição e gestão das atividades; do acesso a mercados para os produtos artesanais ou culturais; da criação de mecanismos eficazes e culturalmente adequados para a transmissão do conhecimento (programas de aprendizagem, escolas vivas de saberes); da integração dessas ações nas políticas culturais e educacionais locais; e do potencial de algumas iniciativas se tornarem economicamente autossustentáveis através da venda de produtos, cobrança de ingressos (em alguns casos) ou captação de patrocínios.

7.4. Síntese dos projetos

É fundamental reconhecer que esses projetos culturais não são meros exercícios de nostalgia ou preservação passiva. Como demonstra a experiência de Bento Rodrigues⁷, a mobilização em torno do patrimônio (realizar a festa nas ruínas, lutar pelo tombamento) é uma forma potente de resistência contra o apagamento da memória imposto pelo desastre. É uma maneira de a comunidade afirmar sua existência contínua, seus valores e sua identidade, mesmo diante da perda e da adversidade. Assim, esses projetos funcionam como ferramentas ativas de resiliência e de reivindicação de direitos.

Adicionalmente, a reparação cultural eficaz geralmente exige uma abordagem que reconheça a profunda conexão entre o patrimônio tangível (os lugares, os edifícios, os objetos) e o intangível (as práticas, os saberes, os rituais).⁵ Muitas vezes, as práticas imateriais dependem de locais específicos ou de acesso a recursos naturais que foram impactados pelo desastre. A festa de São Bento precisa de sua capela (mesmo em ruínas)⁷, o artesanato pode depender de argila ou fibras vegetais locais, os rituais podem estar ligados a um rio ou a uma mata sagrada. Portanto, projetos de

reparação cultural devem, sempre que possível, integrar ações de restauração ou recuperação de espaços físicos significativos⁵ com o apoio às práticas vivas associadas a eles, como buscado no plano abrangente da UNESCO/Renova.⁵

O Quadro 2 compara as três abordagens de projetos culturais e de identidade:

Quadro 2 – Comparação de Abordagens de Projetos para Reparação Cultural e de Identidade/Pertencimento

Característica	Projeto 7.1: Mapeamento Cultural Participativo	Projeto 7.2: Centros de Memória e História Oral	Projeto 7.3: Apoio a Tradições (Festivais, Artesanato, Saberes)
Escopo/Objetivos	Identificar, documentar, mapear patrimônio (material/imaterial); salvaguarda.	Coletar, preservar, difundir memórias/histórias orais; combater esquecimento.	Manter, revitalizar, transmitir práticas culturais vivas (festas, artes, saberes).
Recursos Financeiros	Moderados (oficinas, ferramentas mapeamento, publicações).	Variáveis (equipamentos, arquivo físico/digital, pessoal, manutenção).	Variáveis (subsídios eventos/artesões, oficinas, comercialização).
Recursos Humanos	Facilitadores; comunidade (jovens, anciões); especialistas (opcional).	Entrevistadores; arquivistas; TI (digital); comunidade (fontes).	Coordenadores; produtores culturais; mestres; comunidade; voluntários.
Impacto Social Primário	Fortalecimento identidade; reconhecimento	Validação memória; preservação saber; conexão	Coesão social (eventos); preservação práticas;

	cultural; ferramenta p/ advocacy.	intergeracional; identidade.	transmissão saber; identidade.
Impacto Econômico	Potencial turismo cultural; subsidia planejamento sustentável.	Empregos culturais; atrai pesquisadores; subsidia produções culturais.	Renda p/ artistas/artesãos; turismo cultural; preserva economias tradicionais.
Fatores de Sustentabilidade	Apropriação comunitária; integração gestão local; atualização contínua.	Confiança; ética; financiamento arquivo; engajamento contínuo; parcerias.	Protagonismo comunitário; acesso mercado; transmissão saber; autogestão.

8. Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Sociais

Os desastres ambientais frequentemente causam profundas fraturas no tecido social das comunidades atingidas. O deslocamento força a separação de vizinhos e redes de apoio, a destruição de espaços comuns (praças, escolas, igrejas, comércios locais) elimina locais de encontro e interação, a competição por recursos escassos (ajuda humanitária, medidas de reparação) pode gerar conflitos internos, e a experiência traumática compartilhada, somada à percepção de injustiça ou abandono por parte das autoridades ou empresas responsáveis, pode erodir a confiança mútua e a coesão social²⁵. A reparação dos danos sociais, portanto, deve se concentrar em reconstruir relacionamentos, fortalecer a organização comunitária, promover a resolução pacífica de conflitos e fomentar um desenvolvimento local inclusivo e participativo.

²⁵ Reconstrução pós-desastres climáticos no Brasil | Portal FGV, acessado em abril 22, 2025, <https://portal.fgv.br/artigos/reconstrucao-pos-desastres-climaticos-brasil>

8.1. Projeto: Plataformas de Diálogo Comunitário, Mediação e Resolução de Conflitos

Escopo e Objetivos:

Este projeto visa estabelecer espaços ou processos neutros, seguros e facilitados onde os membros da comunidade possam expressar suas preocupações, discutir divergências, abordar conflitos (sejam eles internos à comunidade ou entre a comunidade e atores externos, como empresas, governo ou ONGs) e construir coletivamente soluções.

Os objetivos incluem:

- criar canais de comunicação eficazes e não violentos, sob a liderança do CGDE;
- mediar disputas específicas relacionadas a temas sensíveis como distribuição de medidas de reparação, critérios de reassentamento, acesso a recursos ou diferentes visões sobre o futuro da comunidade (como buscado pelo Programa de Indenização Mediada - PIM em Mariana²⁶);
- facilitar processos de reconciliação entre grupos com interesses divergentes; melhorar a comunicação e a negociação entre a comunidade e as instituições responsáveis pela reparação ou gestão do pós-desastre;
- desenvolver a capacidade local para a gestão autônoma de conflitos futuros. A necessidade de tais mecanismos está implícita na complexidade dos processos de reparação em Brumadinho e Mariana.

Recursos:

Financeiros: Custos associados à contratação de mediadores ou facilitadores profissionais e imparciais, aluguel de espaços neutros para reuniões (se necessário), apoio logístico para os encontros (transporte, alimentação), e materiais para eventuais oficinas de capacitação em comunicação não violenta ou mediação comunitária. O custo é geralmente moderado.

²⁶ [dspace.almg.gov.br](https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/44449/1/5.pdf), acessado em abril 22, 2025,
<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/44449/1/5.pdf>

Humanos: Mediadores e facilitadores treinados, com experiência em contextos pós-desastre e habilidade para lidar com dinâmicas de poder complexas e emoções intensas. É crucial que sejam percebidos como neutros e confiáveis por todas as partes. Líderes comunitários que gozem de respeito em diferentes setores da comunidade podem atuar como cofacilitadores ou pontos de apoio. Pessoal de apoio administrativo também é necessário.

Impactos:

Sociais: Redução de tensões e conflitos abertos ou latentes na comunidade; melhoria do clima social, das relações interpessoais e da confiança mútua; resolução mais justa e satisfatória de disputas, evitando a morosidade e os custos da judicialização; aumento da capacidade da comunidade para dialogar, negociar e resolver seus próprios problemas (auto governança); estabelecimento de relações mais construtivas e transparentes com atores externos.

Econômicos: Redução dos custos sociais e econômicos associados a conflitos prolongados (tempo perdido, recursos gastos em litígios); criação de um ambiente social mais estável e propício para a retomada de atividades econômicas e projetos de desenvolvimento.

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade depende fortemente da percepção de legitimidade, imparcialidade e confidencialidade da plataforma ou dos mediadores; da disposição genuína de todas as partes envolvidas (incluindo atores externos poderosos) em participar do diálogo e buscar soluções consensuais; da articulação com os mecanismos formais de justiça e reparação (como o PIM se articulava com a Fundação Renova); e da disponibilidade de mediadores qualificados a longo prazo. A sustentabilidade é fortalecida pela capacitação de mediadores locais e pela incorporação de práticas de diálogo e mediação na cultura organizacional da comunidade e das instituições locais.

8.2. Projeto: Fortalecimento de Organizações Comunitárias e Redes Sociais

Escopo e Objetivos:

Este projeto foca em prover recursos (financeiros, técnicos, de capacitação) e oportunidades de articulação para fortalecer as organizações formais e informais da

sociedade civil local. Isso inclui associações de moradores, cooperativas, grupos de mulheres, coletivos de jovens, comissões de atingidos, grupos culturais ou religiosos, e outras redes de apoio mútuo que existem ou que emergem após o desastre.

Os objetivos são:

- aumentar a capacidade dessas organizações de representar os interesses da comunidade de forma eficaz, gerenciar projetos locais, captar recursos e participar ativamente dos processos de tomada de decisão sobre a reparação e o desenvolvimento futuro²⁷;
- reconstruir o capital social e as redes de confiança que foram abaladas pelo desastre;
- fomentar a ação coletiva, a solidariedade e o apoio mútuo;
- promover uma participação mais ampla e inclusiva, garantindo que as vozes de grupos marginalizados sejam ouvidas (alinhado ao princípio de "não deixar ninguém para trás"²⁸). Esta abordagem está explicitamente presente como uma das áreas de atuação do Programa "Nosso Chão Nossa História", em Maceió.

Recursos:

Financeiros: Podem incluir subvenções diretas para cobrir custos operacionais básicos das organizações (aluguel de sede, comunicação, material de escritório), financiamento para a realização de oficinas de capacitação (em temas como gestão administrativa e financeira, elaboração de projetos, captação de recursos, advocacy, comunicação, liderança), capital semente para pequenos projetos comunitários geridos por essas organizações, e recursos para promover encontros de intercâmbio e articulação entre diferentes grupos. O custo é variável, podendo ser adaptado à realidade local.

Humanos: Formadores e facilitadores experientes em desenvolvimento organizacional e comunitário; mentores para acompanhar líderes e gestores das organizações;

²⁷ Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas pelo desastre ..., acessado em abril 22, 2025, <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/projetos-de-demandas-das-comunidades-atingidas-pelo-desastre-da-vale-em-brumadinho-tem-desenho-de-aplicacao-de-recursos-definido.shtml>

²⁸ Reconstrução pós-desastres climáticos no Brasil | Portal FGV, acessado em abril 22, 2025, <https://portal.fgv.br/artigos/reconstrucao-pos-desastres-climaticos-brasil>

articuladores de rede para promover a colaboração entre os grupos; e, sobretudo, a participação ativa e o comprometimento dos membros das organizações comunitárias.

Impactos:

Sociais: Aumento da capacidade de organização, mobilização e agência da comunidade; fortalecimento da coesão social, da solidariedade e do apoio mútuo; melhoria da representatividade da comunidade em espaços de negociação e decisão; maior eficácia na gestão de projetos e na prestação de serviços locais; maior inclusão de grupos vulneráveis nos processos comunitários; fortalecimento da democracia local.

Econômicos: Melhora a capacidade da comunidade de identificar necessidades, planejar e implementar iniciativas de desenvolvimento econômico local; aumenta a capacidade de atrair e gerenciar recursos externos (de editais, governos, etc.); pode levar a uma melhor coordenação de esforços para a recuperação econômica.

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade é alta, pois geralmente parte de estruturas sociais já existentes ou emergentes na comunidade. A sustentabilidade depende da capacidade das organizações de desenvolverem fontes de receita próprias ou diversificadas (contribuições de membros, venda de serviços, projetos contínuos); de estabelecerem uma governança interna sólida e transparente; de manterem o engajamento ativo de seus membros; e de construírem parcerias estratégicas com outras entidades (outras ONGs, poder público, setor privado).

8.3. Projeto: Incubadoras de Cooperativas para Meios de Vida Sustentáveis e Identitários

Escopo e Objetivos:

Este projeto apoia a criação, estruturação ou fortalecimento de empreendimentos econômicos coletivos (cooperativas, associações produtivas) focados em atividades que sejam economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e, idealmente, conectadas à identidade cultural ou aos recursos naturais locais (antes ou depois do desastre). Exemplos podem incluir cooperativas de agricultura familiar agroecológica, pesca artesanal sustentável, beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade,

ecoturismo de base comunitária, produção e comercialização de artesanato tradicional, gastronomia local, ou gestão comunitária de resíduos com geração de renda.

Os objetivos são:

- gerar trabalho e renda de forma coletiva e solidária para as populações afetadas, contribuindo para a recuperação econômica²⁹;
- promover a diversificação econômica e reduzir a dependência de atividades anteriores que podem ter sido inviabilizadas pelo desastre (como a pesca no Rio Doce);
- reconstruir meios de vida de forma mais resiliente e sustentável; fomentar a cooperação, a ajuda mútua e a gestão democrática no âmbito econômico;
- reforçar a identidade local através da valorização de saberes e produtos dos territórios afetados ou de borda.

Esta abordagem se conecta com a área de Geração de Renda e Empreendedorismo de Maceió e com as modalidades de crédito e fomento à economia local previstas para Brumadinho.

Recursos:

Financeiros: Requer investimento inicial (capital semente) para a estruturação das cooperativas (registro legal, plano de negócios, infraestrutura básica), fundos para capacitação técnica dos membros (nas áreas de produção, gestão administrativa e financeira, marketing, cooperativismo), apoio para aquisição de equipamentos ou insumos, e acesso facilitado a linhas de crédito específicas para economia solidária (como o microcrédito mencionado em Brumadinho). Pode demandar um investimento inicial considerável dependendo da atividade.

Humanos: Assessores técnicos especializados em desenvolvimento de negócios e economia solidária; especialistas nas áreas produtivas específicas (agrônomos, zootecnistas, turismólogos, designers, etc.); formadores em gestão cooperativista;

²⁹ Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas pelo desastre ..., acessado em abril 22, 2025, <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/projetos-de-demandas-das-comunidades-atingidas-pelo-desastre-da-vale-em-brumadinho-tem-desenho-de-aplicacao-de-recursos-definido.shtml>

articuladores de mercado; e, principalmente, a adesão, o trabalho e o comprometimento dos membros da cooperativa.

Impactos:

Sociais: Fortalecimento dos laços comunitários e da confiança através do trabalho cooperativo; empoderamento econômico e social dos participantes (com destaque frequente para mulheres e jovens); preservação e valorização de conhecimentos e práticas tradicionais aplicadas à produção; aumento da autoestima e da autonomia da comunidade; promoção de práticas mais sustentáveis de uso dos recursos naturais.

Econômicos: Geração de renda e emprego estáveis para os membros; dinamização da economia local através da circulação de recursos; criação de produtos e serviços com valor agregado (identidade cultural, sustentabilidade); potencial para estabelecer cadeias de valor mais justas e solidárias; desenvolvimento de novas vocações econômicas para os territórios afetados.

Viabilidade e Sustentabilidade:

A viabilidade depende de um bom planejamento de negócios que identifique mercados reais para os produtos ou serviços da cooperativa; de uma gestão interna eficaz, democrática e transparente; do acesso contínuo a assistência técnica e financeira nos primeiros anos; da adequação da atividade às condições ecológicas e culturais locais; e do forte comprometimento e participação dos membros. A sustentabilidade a longo prazo exige que a cooperativa alcance autonomia financeira e capacidade de gestão, se adapte às mudanças de mercado e mantenha a coesão interna do grupo.

8.4. Síntese dos Projetos

A reparação social eficaz frequentemente exige uma combinação dessas abordagens. A mediação³⁰ pode ser necessária para resolver conflitos que impedem a colaboração (Projeto 8.1), enquanto o fortalecimento organizacional cria a base para que a comunidade possa gerir seus próprios projetos, incluindo os econômicos (Projeto 8.2). Além disso, a reconstrução do tecido social está intrinsecamente ligada

³⁰ [dspace.almg.gov.br](https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/44449/1/5.pdf), acessado em abril 22, 2025,
<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/44449/1/5.pdf>

à recuperação econômica. A perda de meios de subsistência é uma das principais fontes de estresse social, conflito e desagregação após desastres. Portanto, integrar componentes de geração de renda e trabalho, como as cooperativas (Projeto 8.3) ou outras iniciativas apoiadas por microcrédito, às estratégias de reparação social é muitas vezes crucial para restaurar não apenas a harmonia, mas também a dignidade e a esperança na comunidade atingida.

É importante notar também que a reparação social efetiva não pode ignorar as dinâmicas de poder. Desastres frequentemente exacerbam desigualdades preexistentes e criam novas assimetrias de poder entre as comunidades atingidas e os atores externos responsáveis pela reparação ou causadores do dano. Assim, projetos de reparação social devem incluir estratégias que fortaleçam a capacidade de negociação e advocacy da comunidade (Projeto 8.2) e que garantam espaços de diálogo e mediação onde as relações de poder sejam, na medida do possível, equilibradas e a voz da comunidade seja ouvida e respeitada (Projeto 8.1). A participação ativa das comunidades, apoiada por assessorias técnicas independentes quando necessário³¹, é fundamental para contrabalançar essas assimetrias.

O Quadro 3 sintetiza e compara as três abordagens de projetos para reparação de danos sociais:

Quadro 3: Comparação de Abordagens de Projetos para Reparação de Danos Sociais

Característica	Projeto 8.1: Diálogo, Mediação e Resolução de Conflitos	Projeto 8.2: Fortalecimento de Organizações Comunitárias	Projeto 8.3: Incubadoras de Cooperativas Sustentáveis
Escopo/Objetivos	Canais de comunicação; mediar disputas (internas/externas);	Capacitar OSCs locais (gestão, advocacy);	Gerar trabalho/renda coletiva; diversificar

³¹ Entenda o Acordo Judicial para reparação ao rompimento em ..., acessado em abril 22, 2025, <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/entenda-o-acordo-judicial-de-reparacao-ao-rompimento-em-brumadinho>

	reconstruir confiança.	reconstruir capital social; ação coletiva.	economia; fortalecer identidade.
Recursos Financeiros	Moderados (facilitadores, espaços, logística).	Variáveis (subvenções OSCs, capacitação, projetos semente, redes).	Altos a Moderados (capital inicial, formação técnica, infraestrutura, crédito).
Recursos Humanos	Mediadores/facilitadores neutros; líderes locais; apoio administrativo.	Formadores; mentores; articuladores; participação ativa dos membros.	Assessores negócio/técnicos; formadores cooperativismo; membros cooperativa.
Impacto Social Primário	Redução conflitos; melhora relações/confiança; capacidade autogovernança.	Comunidade + organizada/empoderada; coesão; representatividade; inclusão.	Coesão (trabalho coletivo); empoderamento; autonomia; valorização saberes.
Impacto Econômico	Reduz custos de litígios; ambiente social + estável p/ economia.	Melhora capacidade de atrair/gerir recursos; coordenação econômica.	Renda/emprego; dinamiza economia local; cadeias valor justas; novas vocações.
Fatores de Sustentabilidade	Legitimidade/imparsialidade; participação partes; articulação formal; capac. local.	Fontes receita OSCs; governança interna; engajamento membros; parcerias.	Acesso mercado; gestão eficaz; apoio técnico/financeiro; compromisso membros.



9. Modelos de Projetos para Reparação Integrada e Meios de Vida Sustentáveis

A seguir, apresentam-se modelos de projetos concebidos para abordar diferentes categorias de danos extrapatrimoniais, incorporando simultaneamente mecanismos de geração de renda e buscando a sustentabilidade financeira.

9.1. Curar e Gerar Renda: Abordando Feridas Morais e Psicológicas

A reparação de danos morais e psicológicos em contextos pós-desastre exige abordagens sensíveis que promovam a cura individual e coletiva. Integrar atividades de geração de renda a esses processos pode potencializar a recuperação, restaurando não apenas o bem-estar emocional, mas também o senso de agência e propósito.

Projeto Exemplo 1: Cooperativas Terapêuticas de Artesanato

Escopo: Criação de oficinas comunitárias onde participantes, sob a facilitação conjunta de profissionais de saúde mental e mestres artesãos, engajam-se na produção de artesanato tradicional ou contemporâneo (ex: tecelagem, cerâmica, marcenaria). O processo criativo e o ambiente de apoio mútuo funcionam como espaços para processar traumas e lutos, criando novas conexões humanas, enquanto se desenvolvem habilidades técnicas e de gestão para a comercialização dos produtos, que podem ser ofertados em feiras permanentes de artesanato e produtos regionais.

Recursos: Financeiros: Capital inicial para materiais, ferramentas, espaço físico, remuneração de facilitadores/terapeutas e mestres artesãos, apoio inicial em marketing e gestão. Humanos: Psicólogos ou assistentes sociais com formação em trauma, artesãos qualificados, pessoal de apoio à gestão da cooperativa.

Impacto: Social: Redução do isolamento, fortalecimento de redes de apoio, processo de cura compartilhado. Econômico: Desenvolvimento de habilidades, geração de renda através da venda cooperativa dos produtos, potencial para criação de uma marca associada à história de resiliência. Psicológico/Moral: Melhora da autoestima,



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA

desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento, restauração do senso de propósito, elaboração do trauma.

Sustentabilidade: Depende da demanda de mercado pelos produtos, controle de qualidade, gestão eficaz da cooperativa, diversificação de produtos e possíveis sinergias com turismo. Requer a manutenção de estruturas de apoio psicossocial integradas ao modelo cooperativo.

Projeto Exemplo 2: Empreendimento Comunitário de Narrativas e Arquivamento Digital

Escopo: Capacitação de membros da comunidade (jovens e idosos, por exemplo) em técnicas de coleta de história oral, arquivamento digital e produção multimídia (inspirado no foco em memória e história oral do NCNH³²). Os participantes documentam experiências pessoais e coletivas do desastre e da recuperação, criando narrativas com potencial terapêutico. Os produtos gerados (ex: documentários curtos, arquivos online curados, materiais educativos) são comercializados ou licenciados.

Recursos: Financeiros: Equipamentos de gravação, computadores, software, oficinas de capacitação (técnica e com facilitação psicossocial), desenvolvimento/hospedagem de plataforma digital, marketing. Humanos: Historiadores orais, facilitadores com sensibilidade ao trauma, técnicos de multimídia, gestores de projeto, pessoal de marketing/vendas.

Impacto: Social: Conexão intergeracional, validação das experiências vividas, preservação da memória coletiva. Econômico: Desenvolvimento de competências digitais e de mídia, geração de renda pela venda de produtos ou acesso ao acervo, potencial para consultorias. Psicológico/Moral: Processamento do trauma coletivo através da narrativa, empoderamento pela expressão e aquisição de novas habilidades.

Sustentabilidade: Depende da identificação de mercados (instituições educacionais, museus, mídia, pesquisadores), qualidade das produções, modelos de assinatura para acesso a arquivos, ou financiamento contínuo para manutenção do acervo. Exige protocolos éticos rigorosos para o compartilhamento das histórias.

³² NCNH – Nosso Chão Nossa História

Projeto Exemplo 3: Redes de Apoio Mútuo com Capacitação para Microempreendedorismo

Escopo: Formação de grupos de apoio mútuo facilitados para pessoas que enfrentam sofrimento psicológico ou moral similar. O processo integra princípios de cuidado informado pelo trauma com módulos práticos de capacitação em desenvolvimento de microempreendimentos, literacia financeira e planejamento coletivo de negócios (baseado em princípios de ação coletiva). Os grupos podem lançar coletivamente pequenos negócios de serviços (ex: serviço de *buffet*, limpeza, cuidado infantil).

Recursos: Financeiros: Formação de facilitadores, espaços para reuniões, materiais de capacitação em microempreendedorismo, capital semente para os negócios coletivos. Humanos: Facilitadores de pares treinados, profissionais de saúde mental para supervisão/apoio, instrutores de desenvolvimento de negócios.

Impacto: Social: Redução do estigma em saúde mental, fortalecimento de sistemas de apoio entre pares, fomento à cooperação comunitária. Econômico: Aquisição de habilidades práticas de negócios, criação de pequenos empreendimentos, diversificação da economia local. Psicológico/Moral: Melhora das estratégias de enfrentamento, redução do isolamento, aumento da autoeficácia e agência.

Sustentabilidade: Depende da viabilidade dos microempreendimentos lançados, acesso a mercados locais, mentoria contínua e da própria força da estrutura de apoio mútuo. Potencial para que os grupos evoluam para cooperativas maiores.

Síntese dos Projetos

Nestes modelos, o próprio processo de desenvolver uma habilidade, gerir uma cooperativa ou lançar um pequeno negócio adquire um valor terapêutico intrínseco. Ele desloca o foco da passividade e da condição de vítima para a participação ativa e a construção do futuro, abordando diretamente os sentimentos de impotência e perda de controle frequentemente associados aos danos morais e psicológicos e ao dano ao projeto de vida. A atividade econômica, neste sentido, não é apenas um meio para obter renda, mas uma ferramenta para reconstruir a confiança, a agência e o sentido de propósito, complementando e potencializando intervenções terapêuticas mais formais (ver Quadro 4).

Quadro 4 – Visão Comparativa de Projetos de Reparação Moral/Psicológica

Projeto	Foco Primário de Reparação	Atividades Chave	Mecanismo de Geração de Renda	Recursos Chave (Humanos/Financeiros)	Principal Desafio de Sustentabilidade
Cooperativas Terap. Artesanato	Moral, Psicológico	Oficinas de artesanato, apoio psicossocial em grupo, gestão cooperativa	Venda de produtos artesanais	Terapeutas, Artesãos, Gestores / Capital inicial, Materiais, Espaço	Acesso a mercado, Qualidade, Gestão cooperativa
Narrativas & Arq. Digital	Moral, Psicológico, Memória	Coleta de história oral, produção multimídia, arquivamento digital, capacitação	Venda/Licenciamento de produtos de mídia	Facilitadores, Técnicos, Gestores / Equipamentos, Software, Plataforma	Identificação de mercado, Qualidade, Ética
Apoio Mútuo & Microemp.	Moral, Psicológico, Social	Grupos de apoio facilitados, capacitação em negócios, lançamento de microemp.	Receita dos microempreendimentos coletivos	Facilitadores, Mentores, Treinadores / Capital semente, Materiais	Viabilidade dos negócios, Acesso a mercado, Coesão grupo

9.2. Revitalização Cultural como Motor Econômico

A cultura, frequentemente impactada por desastres, pode ser uma fonte poderosa de resiliência e desenvolvimento econômico quando abordada de forma estratégica. Projetos que integram a revitalização cultural com a geração de renda não apenas reparam danos, mas também fortalecem a identidade e criam novas oportunidades.

Projeto Exemplo 1: Cooperativa de Gastronomia Tradicional e Restaurante Cultural

Escopo: Identificação, documentação (em linha com a metodologia NCNH) e revitalização de receitas e práticas culinárias tradicionais que podem ter sido perdidas ou interrompidas. Estabelecimento de uma cooperativa comunitária que opera um restaurante ou serviço de catering focado na culinária local, utilizando preferencialmente ingredientes de origem local (conectando com a agricultura).

Recursos: Financeiros: Equipamentos de cozinha, espaço para restaurante (ou unidade móvel), documentação de receitas, treinamento (culinário, higiene, gestão de negócios), compra inicial de ingredientes, marketing. Humanos: Anciões/detentores de saberes, cozinheiros, pessoal de serviço, gestores da cooperativa, apoio em negócios/marketing.

Impacto: Social: Transferência de conhecimento intergeracional, orgulho comunitário, espaço de convívio social. Econômico: Criação de empregos, renda proveniente da venda de alimentos, mercado para produtores agrícolas locais, potencial atração turística. Cultural: Preservação e promoção do patrimônio culinário.

Sustentabilidade: Depende da qualidade do alimento, base de clientes (local e potencialmente turística), gestão eficiente, cadeia de suprimentos estável para ingredientes locais, esforços de marketing. Potencial para diversificação (produtos embalados, delivery e aulas de culinária).

Projeto Exemplo 2: Ecomuseu Comunitário e Rota de Turismo Cultural

Escopo: Mapeamento e sinalização de locais de significado cultural/histórico (conectando ao NCNH), desenvolvimento de trilhas interpretativas, formação de guias locais e criação de uma experiência de "museu vivo" focada na história, cultura e resiliência local. O projeto é gerido pela comunidade, gerando renda através de passeios, oficinas e, potencialmente, venda de artesanato associado.

Recursos: Financeiros: Mapeamento, sinalização, desenvolvimento de trilhas, treinamento de guias, material promocional, pequeno centro de visitantes/recepção, potencialmente plataforma digital. Humanos: Historiadores/anciões da comunidade, guias locais treinados, coordenadores de projeto, pessoal de marketing, potencialmente pesquisadores/curadores para apoio.

Impacto: Social: Fortalecimento da identidade comunitária e conexão com o território, aumento da conscientização sobre a história/cultura local, colaboração comunitária.

Econômico: Renda para guias e gestão do projeto, benefícios indiretos para negócios locais (alimentação, hospedagem), desenvolvimento de habilidades em turismo/hospitalidade. Cultural: Preservação do patrimônio material e imaterial, educação para visitantes e gerações mais jovens.

Sustentabilidade: Depende da atração de um número suficiente de visitantes, manutenção da qualidade da experiência, marketing eficaz, compromisso comunitário, parcerias potenciais com operadores turísticos, gestão dos impactos ambientais/culturais do turismo.

Projeto Exemplo 3: Revitalização de Artesanato Tradicional com Design Moderno e Acesso a Mercados

Escopo: Identificação de técnicas artesanais tradicionais em risco (ex: padrões específicos de tecelagem, estilos de cerâmica, tingimentos naturais). Estabelecimento de oficinas lideradas por mestres artesãos para treinar gerações mais jovens. Colaboração com designers para adaptar o artesanato tradicional a mercados contemporâneos, mantendo a integridade cultural. Criação de uma marca coletiva e estabelecimento de vínculos diretos com o mercado (online, comércio justo).

Recursos: Financeiros: Oficinas, estipêndios para mestres artesãos, matérias-primas, consultorias de design, equipamentos, marketing/branding, desenvolvimento de plataforma de e-commerce. Humanos: Mestres artesãos, aprendizes, designers, apoio ao desenvolvimento de negócios, equipe de marketing/vendas.

Impacto: Social: Preservação de habilidades tradicionais, conexão intergeracional, orgulho comunitário pelo artesanato. Econômico: Emprego qualificado, renda da venda do artesanato (potencialmente de maior valor agregado devido ao design), desenvolvimento de uma marca local reconhecível. Cultural: Garantia da continuidade de práticas culturais, potencial para intercâmbio cultural através de colaborações de design.

Sustentabilidade: Depende do acesso e demanda do mercado, qualidade consistente, branding e storytelling eficazes, precificação justa, capacidade de adaptação às tendências de mercado preservando a autenticidade, gestão cooperativa forte.

Síntese dos Projetos



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

Estes projetos ilustram que a cultura não precisa ser tratada apenas como uma relíquia estática a ser preservada. Ela pode ser um recurso dinâmico, revitalizado e adaptado para gerar benefícios econômicos. A integração com design contemporâneo, turismo ou gastronomia confere relevância atual e abre caminhos para a sustentabilidade que esforços de pura preservação podem não alcançar. Simplesmente documentar a cultura, não garante sua vitalidade nem gera renda ou sustentabilidade da ação no longo prazo. Ao vincular ativamente estas formas culturais a estruturas econômicas (cooperativas, rotas turísticas, artesanato orientado para o mercado), os projetos criam incentivos para sua prática e transmissão contínuas, tornando a cultura um ativo vivo e em evolução, essencial tanto para a sobrevivência cultural quanto para a sustentabilidade econômica (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Visão Comparativa de Projetos de Reparação Cultural

Projeto	Foco Primário de Reparação	Elemento Cultural Revitalizado	Mecanismo de Geração de Renda	Recursos Chave (Humanos/Financeiros)	Principal Desafio de Sustentabilidade
Cooperativa Gastronômica	Cultural, Social	Culinária tradicional	Venda de alimentos (restaurante /catering)	Detentores de saber, Cozinheiros, Gestores / Cozinha, Espaço	Qualidade, Clientela, Gestão, Cadeia de suprimentos
Ecomuseu & Turismo Cultural	Cultural, Identidade	Patrimônio local, História	Taxas de visitação, Guias, Oficinas	Guias, Historiadores, Coordenadores / Sinalização, Trilhas, Treinamento	Fluxo turístico, Qualidade da experiência, Marketing



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

Artesanato & Design	Cultural, Econômico	Técnicas artesanais	Venda de produtos artesanais (valor agregado)	Mestres artesãos, Designers, Gestores / Oficinas, Materiais, Design	Acesso a mercado, Qualidade, Branding, Autenticidade
---------------------	---------------------	---------------------	---	---	--

9.3. Reconstruindo Laços Comunitários e Identidade através de Empreendimentos Coletivos

Danos sociais e a perda de identidade e pertencimento exigem intervenções que fortaleçam o tecido social, a confiança mútua e o senso de comunidade. Utilizar empreendimentos econômicos coletivos como ferramenta para alcançar esses objetivos pode ser particularmente eficaz.

Projeto Exemplo 1: Centro Comunitário Produtivo Multifuncional e Cooperativa

Escopo: Estabelecimento de um espaço físico central, gerido por uma cooperativa comunitária, que oferece instalações compartilhadas para processamento (ex: de produtos agrícolas, artesanato), espaços de formação, uma cozinha comunitária (ligada à gastronomia) e, potencialmente, um ponto de venda para diversos produtos da comunidade. Fomenta a colaboração entre diferentes grupos produtivos.

Recursos: Financeiros: Construção/reforma do espaço, compra de equipamentos compartilhados (processamento, cozinha etc.), custos de arranque da cooperativa, treinamento (técnico, gestão), custos operacionais iniciais. Humanos: Gestores da cooperativa, instrutores técnicos, pessoal de manutenção, membros da comunidade participando nas diversas linhas de produção.

Impacto: Social: Fortalecimento da coesão comunitária através de espaço e objetivos compartilhados, fomento à cooperação, ponto central para atividades comunitárias. Econômico: Redução de custos de produção via infraestrutura compartilhada, melhoria da qualidade dos produtos, criação de empregos, diversificação das fontes de renda para a cooperativa, aumento do acesso ao mercado.

Identidade/Pertencimento: Restabelecimento de um marco comunitário central, fomento da identidade coletiva através do empreendimento compartilhado.

Sustentabilidade: Depende da governança cooperativa eficaz, linhas de produção diversas e viáveis que alimentam o centro, boa gestão dos recursos compartilhados, acesso a mercados para os vários produtos/serviços. Requer forte adesão e participação comunitária.

Projeto Exemplo 2: Fundo Comunitário de Terras e Coletivo Agroecológico

Escopo: Criação de um Fundo Comunitário de Terras (FCT) para adquirir e manter terras em benefício da comunidade, garantindo acesso seguro para moradia e agricultura, especialmente para deslocados ou aqueles que perderam terras. Promoção de práticas agrícolas agroecológicas através de grupos de trabalho coletivo (mutirões), capacitação e comercialização compartilhada de produtos orgânicos. Aborda diretamente a perda de território.

Recursos: Financeiros: Financiamento significativo para aquisição/arrendamento de terras, custos legais para estabelecimento do FCT, insumos agrícolas (sementes, ferramentas), treinamento em agroecologia e gestão cooperativa, potencialmente infraestrutura básica (irrigação, armazenamento). Humanos: Especialistas jurídicos, especialistas em gestão de terras, instrutores de agroecologia, organizadores comunitários, agricultores participantes.

Impacto: Social: Segurança na posse da terra, fortalecimento da governança comunitária sobre os recursos, melhoria da segurança alimentar, promoção de práticas de trabalho coletivo. Econômico: Meios de vida sustentáveis através da agricultura, renda da venda de produtos, redução da dependência de fontes externas de alimentos, potencial para produtos de valor agregado. Identidade/Pertencimento: Reconexão com a terra e o lugar, fomento de uma identidade enraizada na gestão sustentável da terra.

Sustentabilidade: Depende da segurança jurídica da posse da terra a longo prazo, viabilidade do modelo agroecológico no contexto local, acesso a mercados para os produtos, governança eficaz do FCT, treinamento e apoio técnico contínuos. Requer forte compromisso coletivo.

Projeto Exemplo 3: Rede de Troca de Saberes e Habilidades com Sistema de Permuta/Moeda Local

Escopo: Criação de uma rede estruturada onde membros da comunidade trocam formalmente conhecimentos, habilidades (artesanato, consertos, cuidados infantis, medicina tradicional etc.) e histórias/memórias orais. Facilitado através de um banco de tempo, moeda local ou sistema de permuta organizado, potencialmente em paralelo com trocas monetárias para bens externos. Foca na reconstrução de redes sociais e na validação de diversas formas de capital local.

Recursos: Financeiros: Financiamento modesto para coordenação, plataforma de comunicação (banco de dados simples ou quadro de avisos físico), papel de facilitador/coordenador, materiais promocionais iniciais. Humanos: Coordenador/facilitador da rede, participação ativa dos membros da comunidade oferecendo/recebendo habilidades/histórias.

Impacto: Social: Fortalecimento dos laços sociais e apoio mútuo, aumento da circulação de habilidades/conhecimentos dentro da comunidade, validação de contribuições não monetárias, conexão intergeracional. Econômico: Facilita o acesso a bens/serviços com menor dependência de dinheiro, apoia a atividade econômica em microescala, incuba potenciais pequenos negócios. Identidade/Pertencimento: Reforça a identidade comunitária através da história compartilhada e da dependência mútua, valorizando o conhecimento local.

Sustentabilidade: Altamente dependente da participação ativa e da confiança, percepção de justiça no sistema de troca, coordenação eficaz. Pode precisar de integração com a economia monetária para a viabilidade a longo prazo dos meios de vida dos participantes, mas fortalece primariamente a resiliência interna e estabelece laços humanos e territoriais permanentes.

Síntese dos Projetos

Estes projetos demonstram que a reconstrução do capital social – confiança, redes, ação coletiva, identidade compartilhada – não é apenas um objetivo social, mas uma base necessária para a recuperação econômica sustentável. Empreendimentos coletivos e redes de troca dependem fundamentalmente de laços comunitários fortes. Desastres frequentemente fragmentam comunidades e corroem a confiança. A ação coletiva e o protagonismo comunitário são a chave para o sucesso. Projetos como centros comunitários, fundos de terras ou redes de troca visam explicitamente reconstruir essas conexões sociais. As atividades econômicas dentro desses projetos (produção compartilhada, agricultura coletiva, troca de habilidades) exigem



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

cooperação e confiança mútua. Portanto, o processo de reconstruir os laços sociais viabiliza diretamente o *resultado* da geração econômica e da sustentabilidade. Sem investimentos na coesão social, as iniciativas econômicas podem fracassar por falta de confiança ou cooperação (ver Quadro 6).

Quadro 6 – Visão Comparativa de Projetos de Reparação Social/Identitária

Projeto	Foco Primário de Reparação	Mecanismo Chave para Coesão Social	Mecanismo de Geração de Renda/Benefício Econômico	Recursos Chave (Humanos/Financeiros)	Principal Desafio de Sustentabilidade
Centro Comunitário Produtivo	Social, Identidade, Econ.	Espaço compartilhado, Cooperação	Receita da cooperativa (produtos/serviços)	Gestores, Técnicos, Membros / Infraestrutura, Equipamentos	Governança cooperativa, Viabilidade das linhas prod., Mercado
CLT & Coletivo Agroecológico	Social, Identidade, Territ.	Posse coletiva da terra, Trabalho mutuo	Venda de produtos agrícolas	Especialistas (legal, terra, agroec.), Agricultores / Terra, Insumos	Segurança da terra, Viabilidade agrícola, Mercado, Gestão CLT
Rede de Troca Saberes/Habil.	Social, Identidade	Troca mútua, Rede de confiança	Facilitação de trocas (não monetárias/monetárias)	Coordenador, Membros ativos / Coordenação, Plataforma (simples)	Participação ativa, Confiança, Coordenação



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

10. Navegando na Complexidade: Desafios e Fatores Críticos para a Sustentabilidade da Reparação Integrada

A implementação de projetos que buscam articular a reparação de danos extrapatrimoniais com a geração de renda e a sustentabilidade financeira em contextos pós-desastre envolve desafios significativos. No caso específico de Maceió, os impactos da atividade mineradora seguem produzindo efeitos ambientais, sociais e econômicos sobre as comunidades atingidas pela mineração, o que demanda medidas contínuas de reparação e monitoramento. Ao mesmo tempo, certos fatores tornam-se essenciais para viabilizar o êxito e a durabilidade dessas iniciativas no território.

10.1. A. Obstáculos Comuns na Implementação

Instabilidade Financeira e Ciclos de Curto Prazo: A dificuldade em assegurar financiamento de longo prazo, flexível e alinhado com a natureza frequentemente lenta e não linear dos processos de recuperação de traumas e reconstrução comunitária é um obstáculo significativo. Muitos modelos de financiamento operam em ciclos curtos, inadequados para as necessidades prolongadas do pós-desastre.

Acesso a Mercados e Viabilidade Econômica: Conectar os produtos ou serviços gerados pela comunidade a mercados estáveis, competir com atores já estabelecidos, garantir controle de qualidade consistente e alcançar uma genuína autossuficiência financeira para além de subsídios iniciais são desafios consideráveis. Isso se relaciona diretamente à necessidade de assistência técnica especializada.

Sensibilidade ao Trauma e Fadiga de Participação: É essencial adotar abordagens informadas pelo trauma em todas as atividades do projeto para evitar a re-traumatização. Além disso, existe o risco de sobrecarregar as comunidades com múltiplas intervenções simultâneas, levando ao esgotamento (burnout) e à diminuição da participação, o que exige uma implementação cuidadosa do protagonismo comunitário.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

Dinâmicas de Poder e Captura por Elites: Existe o risco de que os benefícios dos projetos sejam apropriados por elites locais ou atores externos, em vez de alcançarem os membros mais vulneráveis da comunidade afetada. Isso demanda mecanismos robustos de governança participativa e transparente.

Mensuração de Impactos Intangíveis: A dificuldade em quantificar a "reparação" de danos extrapatrimoniais (morais, psicológicos, culturais etc.) ao lado de métricas econômicas torna mais complexo demonstrar o sucesso integral do projeto para financiadores e outras partes interessadas. Isso requer sistemas de monitoramento bem desenhados e sensíveis.

10.2. Facilitadores Críticos para o Sucesso e a Sustentabilidade

Protagonismo e Apropriação Comunitária: Garantir a liderança e participação genuínas da comunidade em todas as fases do projeto – desde o desenho e planejamento até a implementação e o monitoramento – é fundamental para fomentar o sentimento de apropriação (*ownership*) e assegurar a relevância das ações.

Gestão Integrada e Adaptativa: Empregar abordagens holísticas que considerem as necessidades interconectadas (sociais, culturais, psicológicas, econômicas) e que permitam flexibilidade e adaptação com base no feedback da comunidade e nas circunstâncias em mudança é crucial. Isso reflete a abordagem integrada vista no NCNH e o chamado por ações integradas em S_S14.

Parcerias Estratégicas: Construir alianças com agências governamentais, ONGs, atores do setor privado e instituições de pesquisa pode alavancar recursos, conhecimentos especializados (como a assistência técnica mencionada em S_S12) e acesso a mercados.

Capacitação e Apoio Técnico: Oferecer treinamento e suporte contínuos, não apenas em habilidades técnicas (artesanato, agricultura, negócios), mas também em governança, resolução de conflitos e gestão de projetos, é vital para fortalecer a capacidade local.

Monitoramento e Avaliação (M&A) Robustos: Desenvolver sistemas de M&A que capturem tanto os resultados socioculturais (reparação) quanto os econômicos

(sustentabilidade), utilizando métodos participativos e retroalimentando os resultados para a adaptação do projeto, é essencial para a aprendizagem e a melhoria contínua.

Nesse contexto, a sustentabilidade financeira e social não deve ser vista como um ponto final estático a ser alcançado, mas como um processo contínuo de adaptação. O sucesso a longo prazo depende menos de um plano inicial perfeito e mais da capacidade intrínseca do projeto e da comunidade de aprender, ajustar, cooperar entre si e evoluir com base no feedback comunitário, nas mudanças de mercado e na própria jornada de cura e reconstrução. Uma governança comunitária forte e participativa funciona como o motor dessa capacidade adaptativa, sendo, portanto, mais crítica para o sucesso duradouro do que simplesmente atingir metas de renda iniciais. Ambientes pós-desastre são inherentemente instáveis, e a rigidez nos planos pode levar ao fracasso; a flexibilidade e a capacidade de resposta são essenciais.

Para que Organizações da Sociedade Civil (OSCs) possam participar de forma qualificada e sustentável do projeto "Desenvolvimento Institucional de Organizações da Sociedade Civil", contido no Programa Nosso Chão, Nossa História, sob a coordenação do UNOPS, e mobilizar recursos financeiros do mesmo, é essencial que adotem práticas de gestão baseadas na transparência, planejamento estratégico e controle interno. A boa governança começa pela definição clara de missão, objetivos e público atendido, e se fortalece com instrumentos como regimentos internos atualizados, atas de reunião arquivadas, prestação de contas regulares e registros contábeis consistentes. A adoção de ferramentas simples de monitoramento de resultados e o uso de relatórios periódicos de atividades também são práticas recomendadas.

Além disso, a profissionalização da gestão, mesmo em pequenos coletivos, passa pelo fortalecimento da comunicação institucional, pela formalização de parcerias e pela busca contínua por capacitação das lideranças. Estar com a documentação jurídica e fiscal regularizada, manter equipe capacitada em elaboração de projetos e adotar critérios objetivos de tomada de decisão são fatores que aumentam a confiança dos parceiros e ampliam as chances de acesso a editais públicos e internacionais. Assim, as OSCs estarão mais preparadas para expandir seu impacto social e dialogar em igualdade com os demais atores envolvidos na reparação e reconstrução do território.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

11. Considerações Estratégicas para Implementação

A implementação bem-sucedida dos projetos propostos exige atenção a fatores estratégicos que vão além do desenho individual de cada iniciativa.

11.1. Caminhos para a Formalização de Coletivos

A formalização jurídica dos coletivos e o desenvolvimento institucional (adoção de mecanismos de governança, transparência e propósito) que gerirão os empreendimentos sociais é um passo crucial, não apenas para acessar financiamentos, emitir notas fiscais e contratar, mas também para consolidar a própria organização comunitária. A escolha do formato jurídico mais adequado – Associação Civil sem fins lucrativos, Cooperativa (de trabalho, produção, serviços ou consumo), Microempreendedor Individual (MEI) coletivo (em casos específicos e limitados), ou mesmo uma Sociedade Limitada (Ltda) com cláusulas de impacto social no contrato social – dependerá dos objetivos específicos do empreendimento, do modelo de negócio, da forma de distribuição de resultados (se houver) e da estrutura de governança desejada.

Programas de reparação, como o "Nosso Chão, Nossa História", reconhecem a importância desse passo ao incluir o "Fomento e Fortalecimento de OSCs" entre suas áreas temáticas e ao apoiar a formalização de novos coletivos. É fundamental que as comunidades tenham acesso a apoio técnico especializado (jurídico e contábil) durante esse processo, oferecido por esses programas ou por organizações parceiras (ONGs de apoio ao terceiro setor, incubadoras sociais, universidades). O contexto mais amplo de articulação institucional em processos de reparação no Brasil, envolvendo diferentes esferas de governo e órgãos de controle, bem como protocolos de enfrentamento a desastres, pode e deve prever mecanismos para facilitar e subsidiar essa formalização e o consequente fortalecimento institucional.

Contudo, a formalização não se resume à obtenção de um CNPJ. O desenvolvimento institucional, através da definição de estruturas de governança claras, transparentes e genuinamente participativas dentro do coletivo é igualmente vital. Uma governança democrática, com regras bem definidas para tomada de decisão, prestação de contas e resolução de conflitos, é essencial não apenas para a eficiência operacional



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

do empreendimento, mas também como um elemento intrínseco da reparação social e moral. Em contextos em que a confiança foi abalada pelo desastre ou por processos de reparação anteriores percebidos como injustos ou excludentes, a construção de uma governança interna ética e inclusiva no novo empreendimento social pode ajudar a restaurar essa confiança e a reafirmar a autonomia e a capacidade de ação coletiva da comunidade.¹ A forma como o coletivo se organiza internamente é tão importante quanto a atividade econômica e social que ele desenvolve.

11.2. Construindo a Sustentabilidade Financeira em Empreendimentos Sociais

A sustentabilidade financeira é o pilar que permite aos empreendimentos sociais manterem suas operações e seu impacto social no longo prazo. Isso exige um planejamento cuidadoso e uma gestão profissional, mesmo em iniciativas comunitárias. Algumas estratégias chave incluem:

- **Diversificação de Fontes de Receita:** Depender de uma única fonte (seja venda de um produto, um edital específico ou doações) é arriscado. É preciso buscar um mix de receitas, combinando receitas operacionais (venda de produtos/serviços, taxas de adesão), captação de recursos não reembolsáveis (editais públicos e privados, doações, patrocínios) e, quando aplicável, acesso a capital paciente³³ (investimento de impacto social, microcrédito).
- **Planejamento Financeiro e Controle de Custos:** Elaborar orçamentos realistas, monitorar o fluxo de caixa, controlar custos fixos e variáveis, e estabelecer uma política de preços que cubra os custos e gere algum excedente para reinvestimento ou distribuição (no caso de cooperativas) é fundamental.
- **Do Capital Semente à Autonomia:** Fundos de reparação⁷ ou outros financiamentos iniciais funcionam como capital semente (*seed funding*), essencial para tirar o projeto do papel. No entanto, o plano de negócios deve prever, desde o início, uma trajetória para reduzir gradualmente a dependência desse capital inicial, aumentando a participação das receitas operacionais.
- **Medição e Comunicação do Valor Híbrido:** Empreendimentos sociais geram valor tanto econômico quanto social (*blended value*). É importante desenvolver

³³ <https://bbiofchicago.com/o-poder-do-capital-paciente-liberando-valor-de-longo-prazo/>

métricas para acompanhar ambos os tipos de resultado e comunicar esse valor de forma clara para clientes, financiadores, parceiros e a própria comunidade, justificando o apoio e o engajamento.

11.3. Frameworks para Monitoramento de Impacto Social e Econômico

Avaliar se os projetos estão de fato contribuindo para a reparação dos danos extrapatrimoniais e para a sustentabilidade econômica da comunidade exige um sistema de monitoramento e avaliação (M&A) bem estruturado. Isso envolve:

- **Definição de Indicadores Chave de Desempenho (KPIs):** Para cada projeto, devem ser definidos indicadores quantitativos e qualitativos alinhados aos objetivos específicos de reparação e aos resultados econômicos esperados. Exemplos:
 - Dano Moral: N° de participantes em atividades de mídia/memória, percepção de melhoria na imagem da comunidade (*survey*), nível de confiança nas instituições locais.
 - Dano Psicológico: Escalas de bem-estar psicológico (ex: WHO-5), frequência de participação em atividades de apoio, relatos sobre redução de isolamento, n° de pessoas acessando serviços de apoio.
 - Dano Cultural: N° de práticas culturais revitalizadas, n° de mestres e aprendizes envolvidos, volume de vendas de produtos culturais, percepção sobre a valorização da cultura local.
 - Dano Social: N° de empregos gerados, renda média dos participantes, n° de famílias beneficiadas por serviços, indicadores de coesão social (participação em associações, trabalho voluntário), percepção de melhoria na qualidade de vida.
 - Perda de Identidade/Pertencimento: Frequência de uso de espaços comunitários, n° de participantes em eventos coletivos, relatos sobre sentimento de pertencimento (entrevistas, grupos focais), n° de conexões restabelecidas via plataformas digitais.
 - Econômico/Formalização: N° de coletivos formalizados, n° de pessoas



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**

com trabalho formalizado via projeto, faturamento total e por fonte de receita, lucro/excedente gerado e reinvestido/distribuído.

- **Métodos Participativos de M&A:** O processo de M&A não deve ser apenas uma ferramenta de controle externo, mas um instrumento de aprendizado e gestão para a própria comunidade. Envolver os participantes na definição dos indicadores de sucesso, na coleta de dados (ex: através de formulários simples, rodas de conversa avaliativas, aplicativos de coleta de dados) e na análise dos resultados aumenta a apropriação do processo e a relevância das informações geradas.
- **Foco no Aprendizado e Adaptação:** Os resultados do M&A devem ser usados para ajustar as estratégias do projeto, corrigir rotas, identificar desafios e potencializar os acertos, garantindo que o empreendimento social continue relevante e efetivo em sua missão de reparação e desenvolvimento sustentável. A inclusão de diagnóstico e pesquisa como área temática em programas como o "Nosso Chão" 8 reforça a importância desse ciclo de aprendizado contínuo.

Importante ressaltar que, para que as OSCs alcancem consistência e longevidade em suas atuações, é fundamental incorporar uma perspectiva de amadurecimento institucional. Isso implica reconhecer que a sustentabilidade das organizações não se limita à captação pontual de recursos, mas envolve um tripé mais robusto: governança, transparência e propósito.

A governança garante que decisões sejam tomadas com clareza de papéis e responsabilidades; a transparência, por sua vez, é o canal pelo qual a sociedade exerce o controle social e fortalece a legitimidade das ações; e o propósito se traduz na capacidade de planejar com horizonte, de gerar impactos que resistam ao tempo e que estejam ancorados em causas coletivas. Avançar nesse sentido é alinhar o trabalho das OSCs aos debates mais contemporâneos sobre sustentabilidade – não apenas financeira, mas também institucional, ambiental e simbólica. É esse grau de maturidade que permitirá às organizações não apenas resistir, mas florescer em cenários adversos.

12. Conclusão

A reparação de danos extrapatriacionais representa um desafio complexo que exige abordagens integradas e multidimensionais, especialmente quando esses danos afetam de forma profunda e prolongada comunidades inteiras, como ocorre com as



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**



Comitê Gestor
dos Danos Extrapatrimoniais



UNOPS



RBCIP
pesquisa e inovação

populações atingidas pela mineração em Maceió. Ao longo deste documento, apresentamos como a formalização de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) pode se consolidar como uma estratégia eficaz e transformadora no processo de reparação, no âmbito do Programa Nosso Chão Nossa História.

Os danos extrapatriacionais - morais, psicológicos, culturais, sociais, perda de identidade ou pertencimento - vão muito além das perdas materiais e financeiras. Eles afetam dimensões subjetivas e coletivas da existência humana, como a dignidade, a saúde mental, os vínculos comunitários e as referências culturais. Por sua natureza, estes danos não podem ser adequadamente reparados apenas por meio de compensações monetárias individuais.

As OSCs, como entidades sem fins lucrativos que atuam em prol do interesse público, oferecem um caminho promissor para implementar medidas de reparação que atendam às múltiplas dimensões dos danos extrapatriacionais. Através de sua atuação, as OSCs podem:

1. Preservar a memória e identidade cultural das comunidades afetadas
2. Oferecer suporte psicológico e emocional às pessoas traumatizadas
3. Reconstruir vínculos comunitários e redes de solidariedade
4. Promover o desenvolvimento socioeconômico e a geração de renda
5. Garantir que os direitos das comunidades sejam respeitados e suas vozes ouvidas

O Projeto Nosso Chão Nossa História, com seu investimento de R\$150 milhões ao longo de quatro anos, representa uma oportunidade única para implementar esta abordagem. Ao apoiar a formalização e o fortalecimento de OSCs comunitárias, o projeto pode promover o protagonismo das próprias comunidades afetadas no processo de reparação, garantindo que as medidas adotadas respondam efetivamente às suas necessidades e aspirações.

No entanto, este processo enfrenta desafios significativos, desde a complexidade burocrática da formalização de OSCs até questões de capacidade técnica, sustentabilidade financeira, representatividade e articulação. Para superar estes desafios, é fundamental que o Projeto Nosso Chão Nossa História adote medidas específicas, como a simplificação do processo de formalização, o fortalecimento de

capacidades, o financiamento flexível e de longo prazo, o estímulo ao trabalho em rede, e a implementação de sistemas robustos de monitoramento e avaliação.

A experiência do Projeto Nosso Chão Nossa História pode contribuir não apenas para a reparação dos danos específicos decorrentes da atividade de mineração em Maceió, mas também para o desenvolvimento de metodologias e práticas que possam ser aplicadas em outros contextos de reparação de danos extrapatrimoniais coletivos. Ao investir na formalização e fortalecimento de OSCs comunitárias, o projeto tem o potencial de promover uma reparação que vai além da compensação e busca a transformação social positiva.

Em última análise, a verdadeira reparação dos danos extrapatrimoniais não está apenas em restaurar o que foi perdido - algo que, em muitos casos, é impossível - mas em criar novas possibilidades, fortalecer o capital social e a resiliência das comunidades, e construir bases sólidas para um futuro mais justo e sustentável. A formalização de OSCs, quando implementada de forma adequada e com o devido apoio, pode ser um caminho poderoso para alcançar estes objetivos.

13. Referências

13.1. Danos Extrapatrimoniais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Reforma Trabalhista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

JUSBRASIL. Dano Extrapatrimonial. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/dano-extrapatrimonial/1366472747>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ação Civil Pública nº 5004126-49.2024.4.03.6110. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/ACP500412649.2024.4.03.6110.pdf>

13.2. Organizações da Sociedade Civil e Formalização

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Lei das OSCIPs. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm

BRASIL. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Lei das Cooperativas Sociais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9867.htm

BARBOSA, Maria Nazaré Lins. Manual de ONGs: guia prático de orientação jurídica. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

FUNDAÇÃO FEAC. Primeiros passos de uma OSC. Disponível em: https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Book-Infogra%C8%81fico-FEAC_FINAL.pdf

LOPES, Lais Vanessa Carvalho de Figueiredo. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil-MROSC. 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Organização da Sociedade Civil (OSC). Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>

SEBRAE. Tudo sobre Organizações da Sociedade Civil - OSC. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong>

13.3. Projeto Nosso Chão Nossa História

NOSSO CHÃO, NOSSA HISTÓRIA. O programa. Disponível em: <https://nossochaomaceio.org/o-programa/>

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Programa "Nosso Chão, Nossa História" lança primeiros editais para projetos em Maceió. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/275743-unops-programa-nosso-ch%C3%A3o-nossa-hist%C3%B3ria-lan%C3%A7a-primeiros-editais-para-projetos-em-mace%C3%B3>

13.4. Reparação de Danos Extrapatrimoniais

BFBM ADVOGADOS. Além do viés monetário: a reparação não pecuniária do dano extrapatrimonial no direito civil brasileiro. Disponível em: <https://www.bfbm.com.br/alem-do-vies-monetario-a-reparacao-nao-pecuniaria-do-dano-extrapatrimonial-no-direito-civil-brasileiro/>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>

14. Glossário de Termos Técnicos e Jurídicos

1. **Acordo Extrajudicial:** Compromisso firmado fora do âmbito judicial, com ou sem homologação posterior, para solucionar conflito ou estabelecer obrigações.
2. **Acordo de Cooperação:** Instrumento jurídico previsto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) utilizado para formalizar parcerias entre a administração pública e as OSCs, quando não houver transferência de recursos financeiros. Tem como objetivo a execução de atividades de interesse público, com responsabilidades e metas definidas entre as partes.
3. **Acordo Judicial:** Compromisso firmado entre as partes em um processo, com homologação pelo juiz, visando resolver a demanda.
4. **Acordo Socioambiental:** Instrumento formal que estabelece compromissos entre partes para reparar ou compensar danos ambientais e sociais.
5. **Advocacy:** Atuação estratégica para influenciar políticas públicas, leis e práticas sociais em defesa de direitos e interesses coletivos.



**NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA**

6. **Alvará:** Autorização formal emitida por órgão competente para o exercício de determinada atividade ou obra.
7. **Apoio Psicossocial:** Conjunto de ações voltadas ao bem-estar emocional e psicológico de indivíduos ou comunidades afetadas.
8. **Apropriação Comunitária:** Processo pelo qual a comunidade se envolve, internaliza e assume a condução de um projeto ou iniciativa.
9. **Arbitramento:** Procedimento de definição de valor ou solução de conflito por terceiro imparcial, com base em critérios técnicos ou legais.
10. **Articulação Política:** Estratégia de construção de alianças e diálogo entre atores sociais, comunitários e governamentais para atingir objetivos comuns.
11. **Assistência Jurídica:** Apoio técnico-legal prestado por profissionais ou instituições especializadas para garantir direitos.
12. **Assistência Técnica Independente:** Suporte técnico prestado por instituição ou profissional imparcial para auxiliar comunidades atingidas.
13. **Atividade Econômica Sustentável:** Iniciativa de geração de renda e desenvolvimento econômico que respeita limites ambientais e promove inclusão social.
14. **Ação Civil Pública:** Instrumento jurídico utilizado para a defesa de interesses difusos e coletivos, podendo ser proposta pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou entidades legitimadas.
15. **CGDE:** Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais, responsável pela coordenação e acompanhamento das ações de reparação.
16. **Comitê de Acompanhamento:** Grupo formado para monitorar a execução de ações de reparação e garantir participação social.

17. **Comunidades afetadas pela mineração:** Populações afetadas por impactos decorrentes da atividade minerária, como deslocamento, perda de bens ou danos culturais.
18. **Consulta Prévia, Livre e Informada:** Direito de comunidades de serem consultadas, sem coerção, antes de decisões que as afetem, conforme a Convenção 169 da OIT.
19. **Dano Extrapatrimonial:** Prejuízo imaterial, moral ou coletivo, que afeta direitos de personalidade, valores culturais ou sociais.
20. **Dever de Reparação:** Obrigação de restaurar, compensar ou mitigar danos causados, sejam materiais ou extrapatrimoniais.
21. **Direito Coletivo:** Direito transindividual pertencente a grupo ou categoria, indivisível, cujos titulares são determinados ou determináveis.
22. **Direito de Participação Social:** Princípio que garante a indivíduos e comunidades o direito de participar da formulação e acompanhamento de políticas públicas.
23. **Direito Difuso:** Direitos transindividuais, de natureza indivisível, pertencentes a todos, como meio ambiente e patrimônio cultural.
24. **Direito Humano à Moradia Adequada:** Direito de toda pessoa a viver em condições dignas, com segurança, conforto e infraestrutura básica.
25. **Direito Humano à Água Potável:** Direito de toda pessoa a ter acesso seguro e contínuo a água de qualidade.
26. **Governança Participativa:** Modelo de gestão que envolve diretamente a população nas decisões e acompanhamento de políticas e projetos.
27. **Inclusão Digital:** Acesso e uso efetivo das tecnologias da informação e comunicação por todas as pessoas, sem exclusões.



28. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil:** Lei nº 13.019/2014, que estabelece regras para as parcerias entre OSCs e a administração pública.
29. **Mediação de Conflitos:** Método alternativo de resolução de disputas, com auxílio de terceiro imparcial para facilitar o diálogo e o acordo.
30. **Medidas de Reparação:** Ações voltadas a restaurar, compensar ou mitigar danos causados a indivíduos, grupos ou comunidades.
31. **Ministério Público:** Instituição independente, essencial à função jurisdicional do Estado, com atribuição de defesa da ordem jurídica e interesses sociais.
32. **Monitoramento e Avaliação:** Processo sistemático de acompanhamento e análise de resultados e impactos de ações ou políticas.
33. **OSC:** Organização da Sociedade Civil, entidade privada sem fins lucrativos que atua em áreas de interesse público.
34. **Passo a Passo de Formalização de OSCs:** Conjunto de etapas e procedimentos para constituir legalmente uma OSC.
35. **Plano de Reparação:** Documento que estabelece as medidas, prazos e responsáveis para a execução de ações de reparação.
36. **Política Pública:** Conjunto de ações e diretrizes adotadas pelo Estado para atender demandas e promover direitos.
37. **Programa Nosso Chão, Nossa História:** Programa voltado à reparação e desenvolvimento das comunidades atingidas pela mineração em Maceió.
38. **Relatório de Impacto Social:** Documento que apresenta os efeitos de um projeto ou ação sobre a sociedade e o meio ambiente.

39. **Reparação Coletiva:** Medidas que buscam restaurar bens, valores ou condições afetadas de forma coletiva.
40. **Sustentabilidade Comunitária:** Capacidade de uma comunidade manter e desenvolver suas condições sociais, econômicas e ambientais ao longo do tempo.
41. **Termo de Colaboração:** Instrumento jurídico previsto no MROSC para parceria entre a administração pública e OSCs.
42. **Termo de Fomento:** Instrumento jurídico previsto no MROSC para apoio a projetos de iniciativa das OSCs.
43. **UNOPS:** Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, responsável por apoiar e implementar projetos humanitários e de desenvolvimento.



NOSSO
CHÃO NOSSA
HISTÓRIA